



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
4º DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2010**

Macapá-AP/2011



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
4º DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2010

Relatório de gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que a Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno.

Unidade Principal Responsável pela Elaboração do RG:
4º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal

Macapá/AP, março de 2011.



Polícia Rodoviária Federal

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Cardozo

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Diretor Geral
Hélio Cardoso Derenne

4º DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Chefe do Distrito
Aldo Balieiro Machado

Núcleo de Policiamento e Fiscalização
Dennis Leal Rodrigues

Núcleo Administrativo e Financeiro
Rosalina das Neves Bittencourt Tork

Núcleo de Administração de Pessoal
Luiz Henrique Dias Negrão

Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos
Klebson Sampaio do Nascimento

Missão Institucional

“Preserva a vida e promover a paz pública com segurança cidadã”

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

RG – Relatório de Gestão
IN – Instrução Normativa
DN – Decisão Normativa
TCU – Tribunal de Contas da União
CGU – Controladoria-Geral da União
CIOP – Centro de Informações Operacionais
DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal
PRF – Polícia Rodoviária Federal
DRPRF – Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal
MJ – Ministério da Justiça
NPF – Núcleo de Policiamento e Fiscalização
NAF – Núcleo Administrativo e Financeiro
NCAI – Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos
NAP – Núcleo de Administração de Pessoal
UG – Unidade Gestora

SUMÁRIO

1- Apresentação.....	07
2- Identificação.....	08
3- Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da Unidade.....	10
3.1-Responsabilidades Institucionais da Unidade.....	10
3.1.1- Competência Institucional.....	13
3.1.2- Objetivos estratégicos.....	13
3.2- Estratégias de Atuação frente às responsabilidades institucionais	14
3.2.1- Análise do andamento do plano estratégico da Unidade.....	14
3.2.2- Análise do Plano de ação referente ao exercício 2010.....	15
3.3- Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade.....	23
3.3.1 – Execução dos programas, suas principais ações, identificação do responsável e considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras.....	23
3.3.1.1 – Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	
3.3.1.1.1 - Ação 8623- Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal.....	24
3.3.1.1.2 - Ação 8698 Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação.....	25
3.3.1.1.3 - Ação 200C – Aquisição de veículos especiais e aeronaves para patrulhamento rodoviário	25
3.3.1.2- Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais.....	26
3.3.1.2.1. Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal.....	27
3.3.1.2.1.1 - Ação 2C78- Acompanhamento Psicossocial de Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal	28
3.3.1.2.1.2 - Ação 2524 Capacitação de servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.....	29
3.3.1.2.3. Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais.....	31
3.3.1.2.4 - Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal.....	32
3.3.1.2.5 - Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais.....	33
3.3.1.2.6 – Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública.....	35
3.3.1.2.7 - Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF.....	35
3.3.1.2.8 - Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais.....	37
3.3.1.3 - Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	38
3.3.1.3.1 – Ação 2000 – Administração da Unidade.....	38
3.3.1.4 – Programa 1463- Qualidade dos serviços de transporte.....	39
3.3.1.4.1- Ação 2364 – fiscalização dos serviços de transporte rodoviário.....	39
3.3.1.5- Programa 1453 – PRONASCI.....	40
3.3.1.5.1- Ação 20EA – sem descrição.....	40
3.3.1.5.2- Ação 8857- Apoio à implementação de política de segurança cidadã.....	41
3.3.2- Execução física das ações realizadas.....	41
3.4- Desempenho Orçamentário e Financeiro	43
3.4.1- Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	43
3.4.2- Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ.....	43
3.4.2.1- Despesas por Modalidade de Contratação de Créditos originários da UJ.....	43
3.4.2.2- Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos originários.....	44

3.4.2.3- Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ.....	44
3.4.3- Execução orçamentária de créditos recebidos pela UJ por movimentação.....	45
3.4.3.1- Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação.....	45
3.4.3.2- Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	45
3.4.3.3- Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	46
3.5- Análise crítica da gestão orçamentária/financeira.....	46
3.6- Indicadores Institucionais	49
3.6.1- Programa 0663.....	49
3.6.2- Programa 1386.....	50
3.6.3- Programa 0750.....	50
4. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	50
5. Desempenho Operacional.....	51
6. Informações sobre recursos humanos da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:.....	55
6.1- Composição do quadro de servidores ativos.....	55
6.2- Composição do quadro de servidores por faixa etária.....	56
6.3- Composição do quadro de servidores por escolaridade.....	56
6.4- Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....	57
6.5- Quadro de instituidores de pensão.....	57
6.6- composição do quadro de estagiários.....	57
6.7- Quadro de custos de Recursos humanos.....	58
6.8- Quadro de locação de serviço de mão-de-obra.....	59
6.9- Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	61
7- Transferências efetuadas mediante convênio.....	64
8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei 8.730/93.....	65
9. Funcionamento do sistema de controle interno da UJ.....	65
10- Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	68
11- Gestão do patrimônio imobiliário classificado como “Bens de uso especial”	70
12- Informações sobre a gestão de tecnologia da informação da UJ.....	71
13- Resultados e conclusões.....	73
14- Anexo I- Declaração de atualização do SIASG e SICONV.....	74
15- Anexo III - Declaração do Contador.....	75

1- Apresentação

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente relatório de gestão foi elaborado em consonância com a Norma de Execução nº 03, de 27/12/2010, aprovada pela Portaria CGU nº 2546, de 27/12/2010, com a Portaria TCU nº 277, de 07/12/2010 e a Decisão Normativa TCU nº 107, 27/10/2010, que deverá compor o relatório de tomada de contas anual, relativamente ao exercício de 2010.

Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos programas de governo 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e 0750 – Apoio Administrativo, no exercício 2010. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Amapá.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exhibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim o impacto alcançado em função das ações desempenhadas, considerando a estrutura atual atrelada aos recursos descentralizados pela Unidade Central e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

O presente relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pelo 4º Distrito de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2010 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de ações de segurança pública a serem implementadas nos próximos anos.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o planejamento previsto para o ano 2010, o orçamento recebido na Unidade durante o exercício e os relatórios de atividade das diversas áreas da Administração (Multas, BR Brasil, Corregedoria, Siafi), o que possibilita uma perspectiva macro de acompanhamento, de sorte que a abordagem está centrada na gestão de programas e suas respectivas ações.

Não foram objeto de análise neste relatório os itens 3,13, 14 15 e 16, do Anexo II, Parte A, à Decisão normativa nº 107, do Tribunal de Contas da União, em face de que não houve ocorrências relacionadas aos temas no período. Também não foram preenchidos os quadros A.2.3; A.2.4; A.2.5; e A.2.6 da Portaria nº 277/2010-TCU, relativos à parte A, item 2, do anexo II da DN TCU 107/2010, por não se aplicarem a essa UJ. O quadro A.11.2 da Portaria TCU 277/2010 não foi preenchido por não ter havido locação de imóvel na Unidade.

Com o presente documento, o 4º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias e estradas federais como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

ALDO BALIEIRO MACHADO

Chefe do Distrito

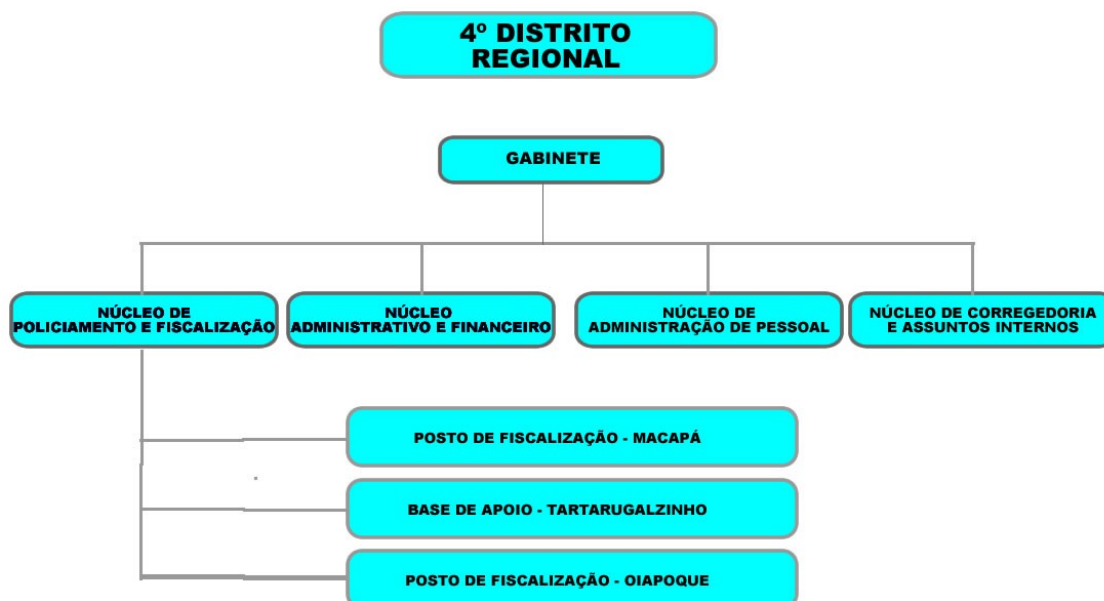
2 - Identificação

4º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal - Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Departamento de Polícia Rodoviária Federal			Código SIORG:000704
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: 4º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação abreviada: 4º DRPRF			
Código SIORG: 29304	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 200233
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Administração Direta			
Principal Atividade: Segurança Pública			Código CNAE: 7524-8/00
Telefones/Fax de contato:	(096) 3225-9000	(096) 3225-9001	(096) 3251-8114
Endereço eletrônico: sup.ap@dprf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: BR 210, nº 201- São Lázaro. Macapá/AP. CEP 68909-130.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituição Federal, artigo 144; Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, artigo 20 ; Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1996.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 6.061/2007, Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União nº 150, de 06 de agosto de 2007 e Portaria nº 122/97/DPRF/MJ.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Manual de Procedimentos Operacionais do DPRF			

O 4º Distrito Regional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (4º DRPRF/AP), unidade desconcentrada do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, com circunscrição em todo o Estado do Amapá, tem em sua estrutura uma unidade administrativa, 02 (dois) postos de fiscalização e 01 (uma) unidade de apoio operacional, distribuídos em pontos estratégicos do Estado, dispostos da seguinte forma:

Sede administrativa do Distrito, localizada em Macapá-AP, tem sua organização estrutural assim distribuída:



O Gabinete da Chefia do Distrito concentra as atividades de gestão, acompanhamento e processo decisório, dentre outros. Dois servidores policiais, sendo um o Chefe Regional e outro a secretária estão lotados no gabinete.

Sob Coordenação do Núcleo de Policiamento e Fiscalização, responsável pela realização da atividade finalística da Instituição, funcionam os seguintes postos: Posto de fiscalização 01, localizado no Km 08 da BR 210; Unidade de apoio operacional 02, localizado no Km 445 da BR 156; e Posto de fiscalização 03, localizado no Km 792 da BR 156.

O Núcleo Administrativo e Financeiro é responsável pela manutenção estrutural e logística da Unidade.

O Núcleo de Administração de Pessoal faz a gestão de cadastro, capacitação e ações de saúde dos servidores.

O Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos trabalha na instrução de processos disciplinares e atividades preventivas.

Apesar de não constarem na estrutura administrativa do Distrito, existem atividades que

são fundamentais ao bom funcionamento institucional, e, por esse motivo, na prática elas são desenvolvidas por servidores designados através de Portaria, quais sejam:

- Comunicação Social (Gabinete);
- Apoio Técnico Administrativo (Gabinete);
- Serviço de Inteligência (Gabinete);

3- Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da Unidade

A gestão orçamentária/financeira do Departamento de Polícia Rodoviária Federal é concentrada na Unidade Orçamentária localizada na Sede sob a condução da Coordenação-Geral de Administração, cabendo às Unidades Gestoras apenas a execução daquilo que é descentralizado. A descentralização ocorre, via de regra, de acordo com a demanda apresentada, sendo que algumas vezes há cortes de recursos, o que ocasiona um aumento na demanda reprimida.

Visando otimizar a execução orçamentária, a área administrativa e financeira, em âmbito nacional, vem implementando uma série de ações voltadas para a modernização da gestão, especialmente após o início dos trabalhos atinentes ao planejamento estratégico dessa seara de atuação. As unidades desconcentradas do DPRF estão inseridas nesse processo, e precisam necessariamente acompanhar a rotina implementada, especialmente porque está fundamentada em estudos prévios que objetivam a redução de custos e a melhoria da qualidade dos produtos/serviços adquiridos.

Nesse sentido, dentre as variadas ações implementadas pelo DPRF, através da Coordenação Geral de Administração, esta Unidade buscou otimizar aquelas que por competência própria poderiam ser executadas, quais sejam:

- Unidades centralizadoras de compras: prevê metodologia de centralização de aquisições para atender as demandas de todas as Unidades Gestoras, mediante a utilização do sistema de registro de preços, o que resulta em menor custo na aquisição face ao ganho em escala;
- Comunicação: contempla a revisão dos mecanismos de comunicação entre as unidades do DPRF visando otimizar o tempo de resposta às demandas, bem como reduzir os custos;
- Planejamento orçamentário: melhoria da metodologia da identificação da necessidade, estimativa de custos, elaboração de projetos e formatação da demanda orçamentária visando subsidiar a solicitação de recurso anual;
- Capacitação: prover a disseminação de conhecimento técnico e gerencial entre os servidores atuantes no ciclo de gestão, visando melhorar os resultados obtidos com a execução orçamentária/financeira.
- Gestão de imóveis: implementar projeto de modernização do acervo de imóveis da Instituição, contemplando aspectos pertinentes a funcionalidade, identificação visual, situação cadastral, condições de operacionalidade, dentre outros;

A implementação de tais ações já demonstra resultados satisfatórios para a Administração, dentre os quais, principalmente, a diminuição de custos. A abordagem de minimização de custos para cada medida adotada será feita de maneira específica dentro do tema Programa de Trabalho e suas respectivas Ações.

3.1-Responsabilidades Institucionais da Unidade

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois representam o elo de integração nacional realmente consolidado pela capilaridade da Polícia Rodoviária Federal presente em todo o país em contato direto e, principalmente, identificado do Governo Federal com a população.

No Amapá, o único elo de integração interna são as rodovias federais que interligam todos os municípios do Estado. No sentido norte-sul, a BR 156 saindo do Laranjal do Jari passa pelos municípios de Macapá, Porto Grande, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Calçoene e Oiapoque com término na Ponte transfronteiriça sobre o rio Oiapoque, além de possuir diversos acessos de ligação direta aos municípios de Vitória do Jari, Mazagão, Santana, Pracuúba e Itaubal.

No sentido leste-oeste, a BR 210, saindo da cidade de Macapá, segue sobreposta a BR 156, do km 20 ao 100, passando por Porto Grande, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio, com término na aldeia indígena Waiãpi, no município de Laranjal do Jari, com projeção de continuidade em direção a fronteira paraense.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, interferindo na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis as vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros itens que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos na vida social e familiar do cidadão.

A violência e os acidentes de trânsito, exigem uma ação efetiva para a redução das vítimas de acidentes, influenciando direto na redução dos gastos da previdência social, do sistema de saúde com inválidos e atendimento aos acidentados em milhares de reais.

Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar assistência e orientação adequadas de forma a aperfeiçoado a prestação desses serviços com o suporte da Polícia Rodoviária Federal.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população. Nesse aspecto, verificamos que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, dos veículos em circulação, dos condutores e pedestres em trânsito, das mercadorias em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade.

Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas nossas vias de ligação nacionais e internacionais. Atualmente a situação da violência e da criminalidade urbana e rural vem eivando também as rodovias federais de nosso país e assolando a população em patamares extremamente críticos. Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias

para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros.

Se por um lado existem programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos, principalmente, humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosa.

Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de práticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros. Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc.

No Amapá, a fragilidade de efetivo policiamento na totalidade da extensão das rodovias federais, principalmente às proximidades de Oiapoque, Laranjal do Jari e Pedra Branca do Amapari, tem estimulado os assaltos a cargas e passageiros nos trechos não pavimentados, que tende a crescer, podendo aumentar os valores do frete e do transporte de passageiros que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Fatores identificados na situação social do país, campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal e, ainda incipientes no Amapá, são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos por reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros até reivindicações por demandas diversas da sociedade onde, frequentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, reforça a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas.

Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública – é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

3.1.1– Competência Institucional

A Polícia Rodoviária Federal possui diversas atribuições legais previstas na Constituição Federal (art. 144) como uma das instituições que compõem os órgãos de Segurança Pública do país, na Lei 9503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) e, mais especificamente, no Decreto nº 1655/95, quais sejam:

– realizar patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, do patrimônio da União e de terceiros;

– exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;

– aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes de prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;

– realizar perícias, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;

– credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escoltas e transporte de cargas indivisíveis;

– assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;

– executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente;

– efetuar a fiscalização e o controle do trânsito e tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); e

– colaborar e atuar na prevenção e repressão dos crimes contra a vida, costumes, patrimônio, ecologia, meio ambiente, tráfico de entorpecentes e drogas afins, contrabando, descaminho e demais crimes previstos em lei.

3.1.2- Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos definidos para 2010 foram:

- Atingir ou superar a meta de redução de acidentes nas rodovias federais no Estado, estipulada em 2,61 acidentes por 1.000.000 de veículos;
- Atingir ou superar a meta de redução de mortalidade nas rodovias federais no Estado estimada em 0,14 mortos por 1.000.000 veículos;

- Atingir ou superar a meta de 26.322 procedimentos de fiscalização (veículos, condutores, passageiros e testes de alcoolemia)
- Atingir o percentual de 76% de percepção de segurança dos usuários das rodovias federais no Estado;
- Melhorar a infraestrutura Administrativa e Operacional existente,

3.2- Estratégias de Atuação frente às responsabilidades institucionais

O desenvolvimento do conjunto de atividades consoantes os compromissos regimentais com a segurança pública e a valorização da vida, conferem ao Distrito um perfil institucional que o qualificam como o executor de múltiplas ações sociais, de variados segmentos da sociedade.

Neste sentido é que a unidade vem desempenhando suas ações, buscando acompanhar o processo evolutivo decorrente da diversificação das demandas sociais, dentre as quais, em grande número requerem a ação do governo mediante a integração do aparato estatal existente, exigindo-se maior flexibilização e disponibilização da instituição.

O 4º DRPRF soma com os demais órgãos de segurança pública, bem como com outras instituições que não são da área fim, mas que contribuem com parcerias significativas, no intuito de apresentar à sociedade respostas às suas demandas, observando em primeiro plano as competências legais e área de atuação.

Além da citada integração institucional, salienta-se como estratégias de atuação institucional a adoção de atividades voltadas para a segurança dos usuários das rodovias federais localizadas no Amapá através, principalmente, do patrulhamento. A presença ostensiva da Polícia Rodoviária Federal nas rodovias faz parte de um conjunto de ações que visam apresentar soluções na área de segurança pública, tendo o enfoque principal a fiscalização de trânsito e, a partir deste, o desdobramento para a criminalidade.

Seguem as principais ações do plano estratégico para o exercício 2010, as quais foram adotadas com vistas ao cumprimento das metas estabelecidas nos objetivos da Unidade:

Potencializar a ferramenta cartão-programa como estratégia de planejamento das ações operacionais

Gestão para melhoria da sinalização das rodovias e desocupação da faixa de domínio

Recomposição do Núcleo de Operações Especiais

Divulgação prévia das operações de fiscalização voltadas para coibir o consumo de álcool

Capacitação do efetivo

Gestão para aumento do capacidade operacional da Unidade

Realização da Consultas para aferir nível da satisfação

Contratação de empresa para confecção de projeto para reforma de imóveis da Unidade

3.2.1- Análise do Andamento do plano estratégico da Unidade

O plano estratégico da Unidade foi elaborado a partir dos indicadores definidos para cada programa de governo, de forma a alcançar os índices estabelecidos pela Administração Central, voltados para a redução de acidentes, redução de mortalidade, alcançar quantitativo de procedimentos de fiscalização previstos, e aumentar a sensação de segurança dos usuários das rodovias federais no Estado.

A definição do plano de ação adotado para o exercício se deu a partir da análise de qual seria o principal sentido da existência da Polícia Rodoviária Federal, pois, várias são as atribuições desempenhadas pelo órgão, entretanto, quando se trata de eleger uma ação como principal numa conjuntura de variadas atividades consideradas essenciais para a sociedade, há que se fazer uma valoração daquilo que o público alvo teria como mais importante, o que recai no direito à vida.

Na mesma linha de entendimento, extraiu-se, como que de segunda maior importância na linha de valores humanos, a preservação da integridade física da pessoa. A partir dessa análise, foi delineada mais uma ação a ser adotada no exercício 2010, pois para a valorização da vida e da integridade física das pessoas havia necessidade de se fazer um trabalho contínuo de redução de acidentes como foco principal, o que também culmina em outros resultados reflexos, sejam patrimoniais, sejam sociais.

A implementação de ações preventivas voltadas para redução de acidentes e mortes nas rodovias por si só já é responsável pela minimização de outras ocorrências, principalmente aquelas voltadas para o campo da criminalidade. A presença constante da Polícia Rodoviária Federal exercendo o patrulhamento ostensivo preventivo nas rodovias federais, através de rondas em viaturas caracterizadas demonstra isso.

Nesse sentido a unidade projetou alcançar os resultados almejados pelo programa 0663 (Segurança pública nas rodovias federais), focada prioritariamente na redução de acidentes e mortes e por via indireta no combate à criminalidade e aumento da sensação de segurança.

Os números apontados no balanço operacional anual do exercício 2010 demonstram que o plano estratégico adotado logrou resultado positivo, pois todas as metas estabelecidas para esta Unidade Regional foram cumpridas e superadas, portanto, ainda que tenha havido alguma variação de aumento em números absolutos, se comparado ao ano de 2009, o resultado operacional do exercício 2010, considerando todas as adversidades existentes, foi satisfatório.

Contudo, por necessidade de constante melhoramento das ações, algumas implementações já estão sendo feitas no decorrer do exercício 2010, a fim de que os números no final do ano possam ser ainda melhores tanto para a sociedade, cliente direta do nosso produto, quanto para a Administração.

3.2.2- Análise do Plano de ação referente ao exercício 2010

Estratégia 1: Atingir ou superar a meta de redução de acidentes nas rodovias federais no

Amapá, estipulada em 2,61 acidentes por 1.000.000 de veículos;

Estratégia 2: Atingir ou superar a meta de redução de mortalidade nas rodovias federais no Amapá, estipulada em 0,16 mortos por 1.000.000 veículos;

Estratégia 3: Atingir ou superar a meta de 26.322 procedimentos de fiscalização a serem executados nas rodovias federais no Amapá (veículos, condutores e passageiros), incluídos a realização de testes de alcoolemia.

Estratégia 4: Atingir o percentual de 76% de percepção de segurança dos usuários das rodovias federais no Estado;

Estratégia 5: Melhorar a infraestrutura Administrativa e Operacional existente

Para alcançar os índices estabelecidos nas estratégias acima descritas, a Regional adotou diversas ações que se analisadas conjunta ou separadamente servem para contemplar uma ou todas as estratégias adotadas para o período, são elas:

1. Potencialização do cartão-programa como estratégia de planejamento das ações operacionais

Uma das premissas utilizadas no planejamento das operações para diminuição dos acidentes e mortes no trânsito é de que a presença da viatura na rodovia inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela expectativa de punição. Neste sentido, a ênfase principal foi alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade dos postos, e fazendo-os atuar de forma ostensiva em ronda ou em pontos fixos das rodovias.

Utilizou-se para isso o expediente do cartão programa, que é um itinerário das tarefas a serem realizadas pelos policiais no decorrer do plantão. O planejamento do cartão programa é feito pelo Chefe do Núcleo de Policiamento e Fiscalização que, através do banco de dados da PRF e do Datatran, programando o roteiro de atividades para estas áreas que deverão ser executadas pela equipe de serviço, no decorrer do plantão, com previsão de quantitativo de veículos e pessoas a serem fiscalizadas e condutores a serem submetidos a testes de alcoolemia.

Tal ferramenta foi potencializada com o incremento da fiscalização de infrações mais comuns na causa de acidentes e mortes, bem como na disposição estratégica das equipes em pontos críticos, tudo com base no levantamento estatístico realizado, considerando dias da semana, horário de ocorrência, motivos, dentre outros fatores.

Dificuldades encontradas: Falta de efetivo

O ano de 2010 iniciou e terminou com o efetivo inalterado, ou seja, de 31 (trinta e um) policiais. Destes, 8 por necessidade de administração e gestão do Distrito, encontram-se na área administrativa e, um cedido ao TRF/AP. O efetivo operacional diário nas atividades de policiamento ostensivo nas rodovias federais no Amapá é insuficiente para a demanda apresentada.

Além disso, no transcorrer do exercício várias são as atividades (cursos, instruções, participações em reuniões, etc) que demandam deslocamentos de PRF's, e também por problemas

de saúde, cada vez mais são comuns os afastamentos que interferem no andamento normal das atividades diárias, reduzindo o efetivo operacional.

Por esses motivos, é comum a redução do número de policiais nas equipes de plantão, e considerando a necessidade da permanência constante de um servidor para atendimento das chamadas de rádio, telefone e atendimento ao público, o efetivo disponível para realizar o serviço de ronda em pontos críticos fica ainda mais reduzido. Diante dessa dificuldade, os policiais ficam limitados a fazer fiscalizações de acordo com a capacidade operacional da equipe de plantão e acabam definindo dentro das intercorrências diárias as prioridades. .

Um outro aspecto a ser observado é a extensa malha viária sob circunscrição da Polícia Rodoviária Federal no Estado, num total de 1.214 quilômetros de rodovia. Esta extensão se distribuída ao número médio de policial por plantão perfaz uma média de 280,25 Km de rodovia para ser fiscalizada por um PRF, o que não se mostra razoável se compararmos ao modelo recentemente adotado no Estado do Paraná, através do projeto PRONASCI (programa nacional de segurança com cidadania), do Ministério da Justiça, no qual o PRF utiliza bases itinerantes de policiamento (viatura com dois policiais), distribuídas pela malha existente, tendo como ideal a fiscalização de 50 quilômetros de rodovia para cada base.

Cumprir registrar que o déficit existente no efetivo da regional não constitui uma novidade, pois tem sido objeto de análise nos últimos relatórios apresentados, restando à regional a otimização da quantidade de servidores disponível.

Contudo, mesmo diante da escassez de recursos humanos para atingimento das metas estabelecidas para o período foi possível alcançar todas as metas estabelecidas para o exercício, dentro de cada objetivo estratégico adotado, o que será detalhado na avaliação dos resultados alcançados.

2. Gestão para melhoria da sinalização das rodovias e desocupação da faixa de domínio

O Código de Trânsito Brasileiro representa um grande avanço na legislação brasileira ao ter explicitado novas regras e estabelecido punições mais severas aos que o infringem. Além disso, definiu o direito de todos, motorizados ou não, ao trânsito seguro e criou instrumentos para que se possa exercê-lo. Sob esse aspecto, atribuiu à autoridade de trânsito a avaliação da existência de riscos e, caso confirmado, determinou a adoção das medidas para eliminá-los.

No estudo das estatísticas de acidentalidade nas rodovias federais no Amapá, foi identificado o trecho urbano da BR 210, em Macapá, com progressivo crescimento nos índices de acidentes e mortes. Apenas o aumento da presença ostensiva do policiamento no referido trecho não estavam promovendo uma significativa redução dos índices. Na avaliação dos riscos existentes, esta Administração vislumbrou que a inexistência de ciclovia, passarelas, acostamento adequado, além da deficiência na sinalização horizontal e vertical estavam influenciando sobremaneira na ocorrência de acidentes de trânsito, os quais poderiam ser diminuídos sensivelmente se a via estivesse devidamente sinalizada, duplicada, iluminada e com obras de engenharia de tráfego para prestar aos condutores, pedestres e ciclistas condições mínimas para transitar com segurança.

A partir daí esta Unidade provocou várias autoridades do Estado com o objetivo de propor melhoramentos no trecho urbano existente na BR 210, dando condições de travessia segura aos pedestres e ciclistas, e ainda propor a construção de passarelas e de meios alternativos para tais categorias de usuários. Foram expedidos diversos documentos, provocadas reuniões, além da ocorrência de uma audiência pública promovida pelo Ministério Público Estadual para discussão sobre os problemas do trânsito no trecho urbano da rodovia federal.

Após várias discussões sobre a proposta apresentada a Secretaria de Estado de Transporte se propôs a confeccionar projeto de construção de passarelas, e a execução ficará condicionada a um aditivo contratual com a Empresa que está executando obras na Rodovia, a qual foi contratada pelo DNIT. O efetivo andamento da execução desse projeto dependerá do acompanhamento a ser realizado durante este exercício, eis que as ações dependem de atos a serem praticados por outras Instituições.

Por outro lado, verificou-se que a ocupação desordenada da faixa da domínio da União, que compreende um afastamento de 40 metros contados do eixo da rodovia, compromete a segurança das famílias dos ocupantes ali residentes, pelo risco iminente de acidente, pelo fluxo constante de veículos pesados, transportando madeira, areia, seixo e combustíveis, além de inviabilizar, em muitos pontos, a visibilidade, comprometendo a segurança do trânsito, e tornando inviável qualquer plano de duplicação da via.

Vislumbrando a possibilidade de alargamento da rodovia, o que representa um ganho substancial para o escoamento do trânsito, foi feito procedimento de notificação de 60 ocupantes das edificações, num intervalo de 100 quilômetros da BR 210, de Macapá até Porto Grande, do que foi informado o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT, no Pará, a fim de que este, através de sua Procuradoria, ajuizasse ação de reintegração de posse das terras da União, o resultado dessa ação será observado ao longo do exercício 2011.

3. Recomposição do Núcleo de operações Especiais

Em função da flagrante desproporção existente entre a malha viária do Estado e o número de policiais lotados na regional, a população radicada nas áreas mais distantes da região urbana do Estado sofre com a falta de policiamento constante nas rodovias. Diante da impossibilidade de manter a presença permanente em trechos onde se observa maior índice de criminalidade, a Unidade recompôs o Núcleo de Operações Especiais, que após algumas atividades no exercício anterior foi desativado devido a falta de policiais para continuidade das atividades.

Nas Superintendências, que têm estruturação privilegiada em relação aos Distritos, o Núcleo de Operações Especiais é diretamente vinculado ao Chefe da Unidade e tem suas ações planejadas de acordo com a demanda apresentada, o que dá certa mobilidade ao trabalho operacional, visto que constitui uma espécie de reforço para ações determinadas.

A utilização desse artifício no Distrito percorre um caminho inverso, pois não serve exatamente para reforçar o policiamento já existente, mas para executar o papel rotineiro da PRF em locais onde ela não está se fazendo presente da forma como deveria.

4. Divulgação prévia das operações, com vistas à diminuição de consumo de álcool

A aproximação da Instituição com a imprensa, a fim de dar ampla divulgação às operações de fiscalização voltadas especificamente para o trânsito, fez parte do plano de ação para o exercício, pois se considerarmos que a Unidade não dispunha de capacidade operacional condizente com a malha viária a ser fiscalizada, precisava lançar mão de mecanismos inibidores da ação dos infratores.

Assim, buscou-se dar ampla divulgação na imprensa local, principalmente às vésperas de feriados, das estratégias de fiscalização ao longo das Rodovias, dando ênfase à realização de teste de dosagem alcoólica nos condutores de veículos. Essa prática ajudou a minimizar as ocorrências de embriaguez, eis que previamente informados os condutores evitam a condução do veículo após a ingestão de álcool.

5. Capacitação do efetivo

Um dos fatores motivadores para o trabalho policial é a capacitação do servidor, isto lhe dá segurança para atuar com mais ousadia e técnica no combate a ações criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experientados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de detectar possíveis ilícitos penais.

Nesse sentido a unidade realizou durante o exercício 2010 Cursos de técnicas de emprego de arma de fogo na atividade policial, Curso de Dispositivos de Condução de Energia (Taser) e Espargidores de pimenta, ambos armas de menor potencial ofensivo, além dos cursos de ética profissional e aspectos legais na atuação da PRF. Os cursos tiveram momentos de aulas teóricas e treinamentos práticos, o que proporciona mais segurança para a atuação do PRF.

Dificuldades encontradas: Inexecução de cursos importantes

Diante da necessidade de melhorar cada vez mais o tratamento dispensado ao cliente da PRF, seria necessário implementar uma política de capacitação continuada, voltada para a excelência no atendimento ao cidadão, eis que através de uma boa abordagem a Instituição pode mudar para melhor sua percepção diante da sociedade. Devido às variadas dificuldades enfrentadas no período, não foi possível implementar tal medida, que ficará como meta a ser cumprida em 2011.

6. Gestão para aumento do capacidade operacional da Unidade

O braço policial do Estado torna-se fundamental na mobilização da sociedade para a efetivação do Estado de direito, visto que a atuação da polícia torna-se tanto mais indispensável quanto maiores forem as mazelas e entraves sociais encontrados para o desenvolvimento pleno da democracia.

O Estado do Amapá, devido a sua localização estratégica no extremo norte do país e a relação histórico-cultural e fronteiriça com os países guianenses, bem como possuidor de vasta

reserva ambiental protegida, reclama a participação de uma força policial capilar e eficiente como a Polícia Rodoviária Federal, pela sua capilaridade de aplicar a lei, fiscalizar infrações, proteger vidas, preservar o meio ambiente e proteger os interesses coletivos e difusos das comunidades, em especial as do entorno das BR's 156 e 210, áreas de circunscrição da Unidade.

Neste sentido, o Governo Federal, através do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, tem priorizado ações de modernização da infra-estrutura com vistas a melhorar o ambiente de negócios e as condições socioeconômicas, especialmente na fronteira norte com a Guiana Francesa, por meio da construção da ponte sobre o rio Oiapoque (km 803, final da BR 156), de investimento bi-nacional (Brasil x França), além do desenvolvimento de diversas ações de pavimentação nos trechos centro-norte da BR 156 e centro-sul da BR 210, áreas interdependentes e principais eixos rodoviários de integração econômico-social do Estado do Amapá.

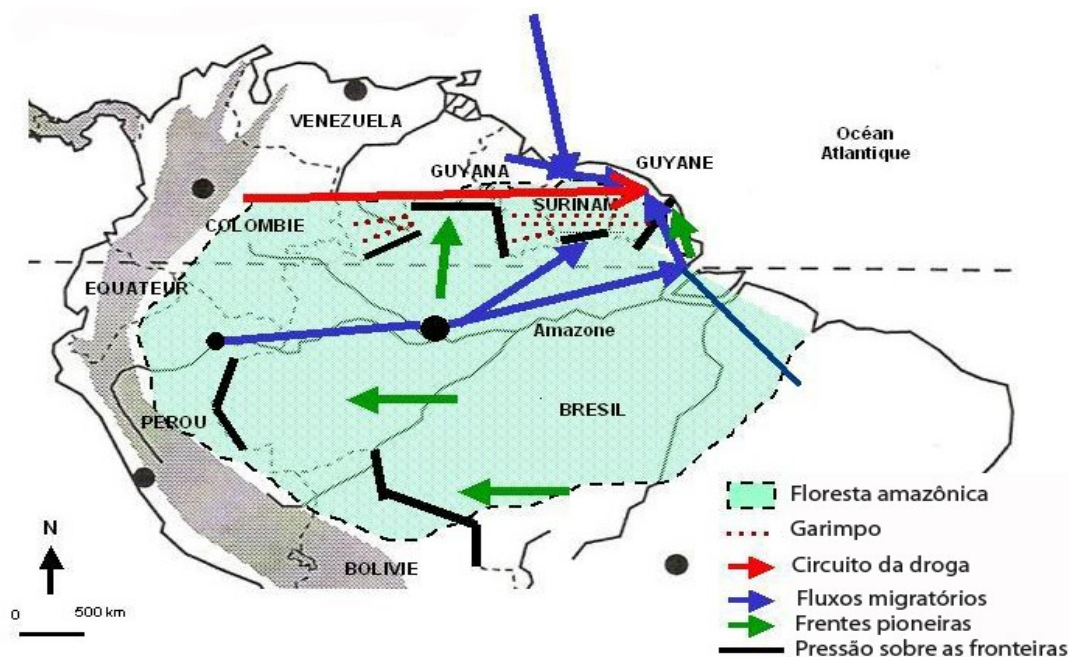
Tal processo de modernização da infra-estrutura de transportes de passageiros e cargas (nacionais e estrangeiras) no Estado, custeadas pelo governo federal e executadas nas rodovias federais no Amapá, requer o acompanhamento na mesma proporção do reaparelhamento operacional deste Distrito Regional, principalmente quanto ao efetivo, para garantir sua efetividade de atuação enquanto órgão de segurança pública, responsável pela preservação da vida e do patrimônio socioeconômico e ambiental de brasileiros e estrangeiros nas rodovias federais neste Estado.

Já prevendo as transformações decorrentes dos acordos transfronteiriços, da construção da ponte sobre o rio Oiapoque e da pavimentação do trecho norte da BR-156, e, como consequência a dinamização do fluxo de veículos, cargas e pessoas, bem como a necessidade de garantir segurança aos usuários dessa rodovia federal, foi construído um posto de fiscalização, no km 792, inaugurado no final de 2008, e, por falta de efetivo é utilizado apenas nas incursões realizadas àquela localidade, em operações de combate a criminalidade.



Preocupante a fragilidade de nossa fronteira no extremo norte do país, pois na Guiana Francesa a comercialização de armas e munições é liberada a população local, inclusive na cidade de Saint Georges, na fronteira com o Oiapoque, onde brasileiros conseguem adquirir com facilidade armamento de qualquer calibre, o que estimula o tráfico internacional do produto, podendo a curto prazo, pela falta de policiamento, tornar-se importante rota de entrada de armas no país.

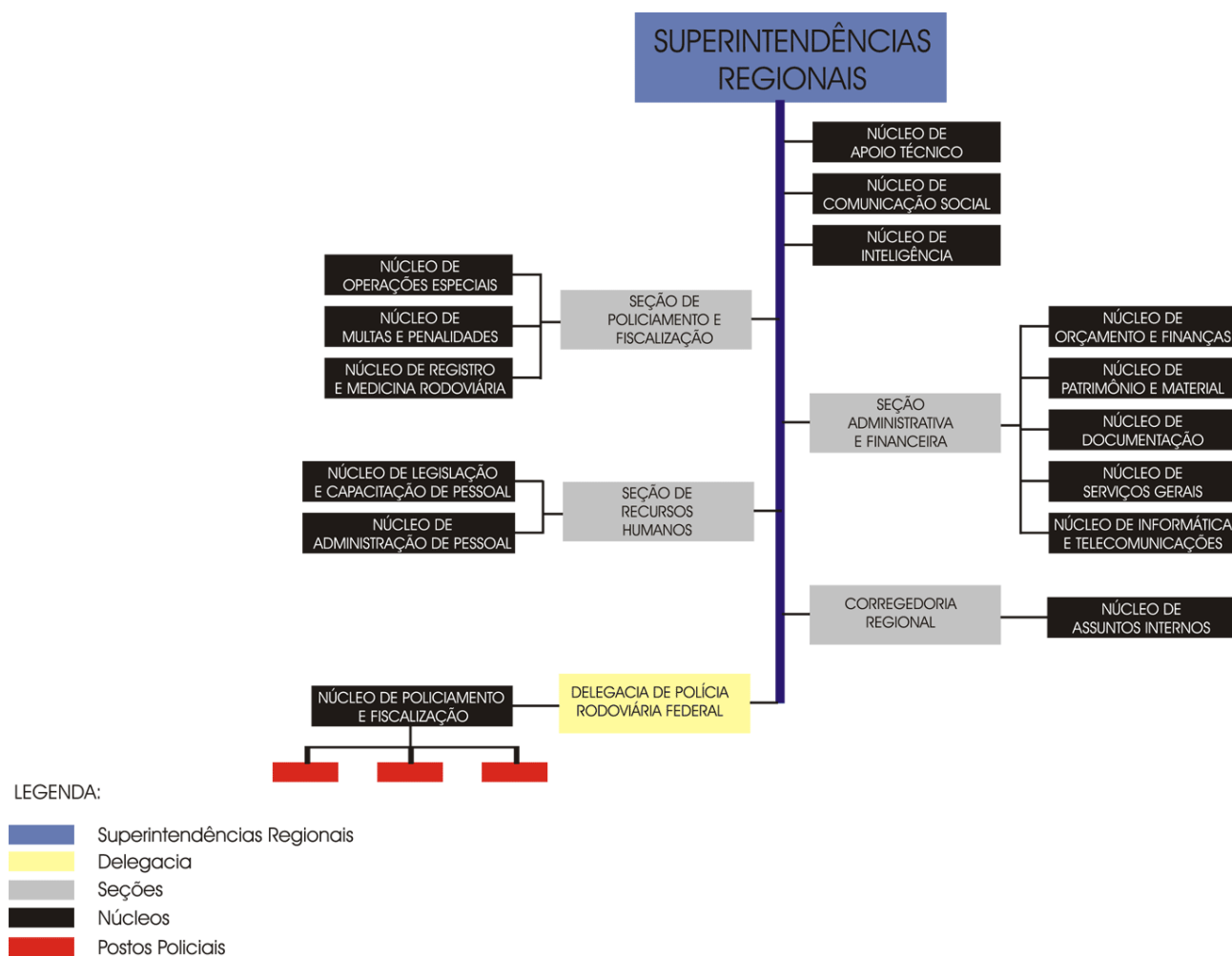
Por outro lado, é comum nessa região, às proximidades dos fins de anos, brasileiros retornarem ao país, tanto aqueles legais na Guiana Francesa, quanto os ilegais, principalmente garimpeiros, assim como turistas estrangeiros, o que incentiva quadrilhas a praticarem assalto à ônibus. Nos meses de novembro a março, o incremento no transporte coletivo de passageiros cresce cerca de 300%, carecendo de presença ostensiva permanente da Polícia Rodoviária Federal.



A ausência de policiamento na fronteira norte do país, em especial com os países do Platô das Guianas, influencia o tráfico de drogas, pois em Suriname o consumo e a comercialização é liberado; o tráfico de armas, devido a livre comercialização na Guiana Francesa; além do transporte ilegal de euros e ouro para o Brasil, via Oiapoque, assim como torna frágil o combate ao tráfico de pessoas do Brasil para a Guiana Francesa, para fins de prostituição. Citados crimes perpetrados via rodovia federal carecem de imediata adoção de medidas de enfrentamento, e, sem dúvida perpassa pelo aumento do efetivo de Policiais Rodoviários Federais no 4º DRPRF/Amapá.

É inegável que para disponibilizar uma estrutura de trabalho condizente com as exigências que o serviço requer se faz necessária a adequada gestão administrativa dos recursos recebidos na Unidade. Entretanto, o quantitativo de servidores da atividade administrativa da Unidade é insuficiente para atendimento da demanda, o que tem ocasionado sobrecarga de trabalho. Para fazer um comparativo, basta dizer que o Distrito, possuindo uma estrutura com apenas quatro núcleos, desempenha as atividades inerentes a uma Superintendência, guardadas as devidas proporções, entretanto, para o desempenho de suas atribuições (conforme organograma página 09).

Abaixo organograma de uma Superintendência, para comparação:



Diante do contexto apresentado é que foram estabelecidos contatos com autoridades locais, buscando apoio junto ao parlamento nacional para autorização de concurso regionalizado, nos moldes do autorizado para os Estados do Pará e Mato Grosso no ano de 2008. Além disso, vários foram os expedientes encaminhados para a Direção Geral, alertando para a questão. Em âmbito internacional, em reunião realizada para tratar assuntos afetos a inauguração da ponte binacional e seus reflexos, esta Administração se fez presente e relatou o tema.

7. Realização de consultas para aferir o nível de satisfação do usuário

Para cumprimento do 4º objetivo estratégico da Unidade, quanto a percepção de sensação de segurança, a meta estabelecida para este Distrito de 76% percebida pelos usuários das rodovias no Amapá, se fez necessária a adoção de um mecanismo de consulta a ser realizada após a abordagem. Tal consulta aborda vários aspectos da fiscalização feita ao usuário, visando ter um diagnóstico do comportamento do policial sob diversos enfoques, tais como tratamento com urbanidade, segurança na atividade, domínio do conteúdo, dentre outros.

O percentual é calculado sobre o número de consultas efetivamente realizadas. Durante o exercício 2010, o trabalho de pesquisa foi iniciado, entretanto por diversas dificuldades enfrentadas, principalmente afetas a pessoal, elas deixaram de ser feitas com a frequência devida,

com isso, restou prejudicada a aferição do índice de percepção de segurança no período.

Para o exercício 2011 foi priorizada a alocação de servidores para trabalharem especificamente com a pesquisa, a fim de que no final do ano a Unidade disponha de dados suficientes para aferir de forma mais próxima ao real o nível de satisfação com os serviços prestados para a sociedade, o que constitui uma importante ferramenta para avaliação da gestão.

8. Contratação de empresa para confecção de projeto para reforma de imóveis da Unidade

A busca de melhorias nas instalações físicas dos postos visa contribuir para a eficiência e eficácia da estrutura organizacional da instituição, propiciando um melhor atendimento das demandas tanto do público interno como do externo.

E para adoção de um modelo que atenda requisitos mínimos de segurança, conforto e padronização da instituição PRF, o Departamento, através da Divisão de projetos e Infraestrutura, estabeleceu a realização de licitações para contratação de empresas especializadas em confecção de projetos, a fim de que os postos mais antigos tivessem suas estruturas readequadas.

No ano de 2010 foi possível contratar empresa para confeccionar o projeto de reforma da sede administrativa e de uma unidade operacional, o qual está em fase de finalização. Em seguida, dependendo da liberação orçamentária para o exercício 2011, será licitado o serviço de execução do projeto.

3.3- Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

3.3.1- Execução dos Programas de Governo

3.3.1.1. Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

Identificação do Programa de Governo				
Código no PPA: 1386	Denominação: Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal			
Tipo de programa	Finalístico			
Objetivo geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública			
Objetivos específicos	200C - Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária 8698 - Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal			
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne			
Gerente Executivo	Ricardo Max de Oliveira Pereira – CGPLAM			
Indicadores ou parâmetros utilizados	Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas			
Público Alvo	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais			
Informações orçamentárias e financeiras do Programa				Em R\$
Dotação	Despesa	Despesa liquidada	Restos a Pagar	Valores Pagos

Inicial 76.257.323	Final 83.472.406	empenhada 64.136.055	37.507.132	não processados 26.628.923	36.490.574	
Informações sobre os resultados alcançados						
Indicador: Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas						
Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	%	02/01/07	56,12	80,00	76,67	73,61
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de unidades operacionais que possuem estrutura adequada em relação ao total de unidades operacionais existentes.						
Análise do Resultado Alcançado						
Devido as restrições orçamentárias o programa não atingiu a meta estabelecida de 76,67%, entretanto para o exercício de 2011 os projetos de reforma da sede administrativa do 4º Distrito e da base operacional (posto de fiscalização) estarão aptos a serem executados, juntamente com a modernização do parque de TI o que poderá reverter a tendência de não atingimento da meta final estabelecida para o PPA 2008-2011 de 80%.						

Convém informar que os valores acima identificados como recebidos dentro do programa referem-se ao total recebido pelo DPRF/MJ, que de acordo com a demanda apresentada descentraliza para as Unidades. Abaixo estão discriminados os valores efetivamente utilizados pelo Distrito.

3.3.1.1.1. Ação 8623 – Reforma de bases operacionais e unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.

Despesas - Investimento	
Natureza	Valor
Aquisição de projeto de reforma	R\$ 31.000,00
Total:	R\$ 31.000,00
Despesas – Custeio	
Natureza	Valor
	R\$ 0,00
Total:	R\$ 31.000,00

Na gestão desta ação a Unidade contratou empresa para confecção do projeto de reforma de uma unidade administrativa (sede do Distrito) e de uma unidade operacional (posto de fiscalização do km 08, BR 210), com o objetivo de modernizá-los para melhor atender a demanda

apresentada.

3.3.1.1.2. Ação 8698 – Manutenção e modernização dos sistemas de tecnologia da informação

Tipo	Atividade
Finalidade	Manutenir e modernizar os sistemas/equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas de processos, através da internet, correio eletrônico e outros meios disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc. Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.

Despesas - Investimento	
Natureza	Valor
	RS 0.00
Total:	RS 0.00
Despesas – Custeio:	
Natureza	Valor
Despesa com telefonia fixa	RS 33.105.72
Despesa com Telefonia Móvel	RS 6.855.14
Despesa com Transmissão de dados	RS 1 904 72
Total	RS 41 865 58

Os recursos dispendidos nesta ação foram utilizados basicamente para manutenção dos serviços de comunicação do Distrito, tais como telefonia e transmissão de dados.

3.3.1.1.3. Ação 200C – Aquisição de veículos especiais e aeronaves para policiamento da malha rodoviária

Tipo	Atividade
Finalidade	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.

Descrição	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.
-----------	---

Despesas - Investimento	
Natureza	Valor
Aquisição de veículos	R\$ 288.000,00
Total:	R\$ 288.000,00
Despesas – Custeio:	
Natureza	Valor
	R\$ 0,00
Total:	R\$ 288.000,00

Na gestão desta ação a Unidade adquiriu três veículos operacionais, sendo dois tipo Blazer e um tipo pajero, o que influencia na diminuição de custos com manutenção de viaturas mais antigas, as quais, pelo desgaste natural de sua utilização, são submetidas a retificações frequentemente.

3.3.1.2. Programa 0663 – Segurança pública nas rodovias federais

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0663	Denominação: Segurança pública nas rodovias federais				
Tipo de programa	Finalístico				
Objetivo geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito				
Objetivos específicos	Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal Ação 2720 – Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais				
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne				
Gerente Executivo	Alvarez Simões Filho				
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais; Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais; Sensação de Segurança nas Rodovias Federais.				
Público Alvo	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa				Em R\$	
Dotação		Despesa empenhada	Despesa liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
94.194.339	138.453.339	93.488.201	82.912.705	10.289.279	82.398.968
Informações sobre os resultados alcançados					

Indicador: Taxa de mortalidade nas rodovias federais						
Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Unidade	02/01/2007	1,51	1,35	1,40	1,29
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 1.000.000 veículos da frota nacional.						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>O Indicador TAXA DE MORTALIDADE atingiu 128% de cumprimento da meta prevista para este Distrito que era de 0,16 mortos por 1.000.000 veículos. Os resultados de 2010 foram 0,11 mortos por 1.000.000 veículos.</p> <p>A força de trabalho (efetivo policial), desde 2006, quando era composta por 46 policiais, sofre redução significativa, principalmente por conta de remoções para outras unidades da federação. O contingente policial em 2010 foi de 30 PRF's, até meados de dezembro, quando foi acrescido por um policial removido para este Distrito.</p> <p>O efetivo operacional diário nas atividades de policiamento ostensivo nas rodovias federais no Amapá não ultrapassa 4 policiais por plantão, quantitativo insignificante para o patrulhamento, fiscalização do trânsito e combate a criminalidade nos 1.214 quilômetros de extensão de malha viária federal.</p> <p>Apesar do reduzido efetivo policial, as metas do programa para este Distrito foram cumpridas a partir das estratégias de planejamento das atividades operacionais diárias, implementadas através do cartão programa, com definições dos horários e locais específicos a serem fiscalizados durante o plantão.</p> <p>O trecho fiscalizado, entretanto, é cada vez mais reduzido, se concentrando nos trechos iniciais da BR 210, saída de Macapá, onde se registram os maiores índices de mortalidade nas nossas rodovias, e na maioria das vezes as metas dos procedimentos de fiscalização são cumpridas em frente ao Posto da PRF.</p> <p>Embora o produto da Ação 2723 (Procedimentos Realizados) tenha alcançado 138% de cumprimento da meta, a falta de recursos impediu a movimentação necessária a fim de permitir otimizar o trabalho operacional (Procedimento certo no lugar certo). Ressalta-se que quase a totalidade desses Procedimentos se referem a ação fiscalizadora preventiva.</p> <p>Continua pendente a aprovação da reestruturação do DPRF, pois os atuais cargos e funções de chefia estão aquém das demandas do órgão. O Processo para tal fim continua no Ministério do Planejamento, aguardando o aceno da Casa Civil para o encaminhamento final.</p>						
Indicador: Taxa de variação de acidentes nas rodovias federais						
Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Unidade	02/01/2007	27,20	25,50	26,10	25,10
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 100.000 veículos da frota nacional.						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>O Indicador TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES nas rodovias federais no Amapá atingiu 104% de cumprimento da meta prevista para este Distrito que era de 2,61 acidentes por 1.000.000 de veículos. Os resultados de 2010 foram 2,51 acidentes por 1.000.000 de veículos.</p> <p>A força de trabalho (efetivo policial), desde 2006, quando era composta por 46 policiais, sofre redução significativa, sendo atualmente composta de 31 policiais.</p> <p>O efetivo operacional diário nas atividades de policiamento ostensivo nas rodovias federais no Amapá não ultrapassa 4 policiais por plantão, quantitativo insignificante para o patrulhamento, fiscalização do trânsito e combate a criminalidade nos 1.214 quilômetros de extensão de malha viária federal.</p> <p>Apesar do reduzido efetivo policial, as metas do programa para este Distrito foram cumpridas a partir das estratégias de planejamento das atividades operacionais diárias, implementadas através do cartão programa, com definições dos horários e locais específicos a serem fiscalizados durante o plantão.</p> <p>Embora o produto da Ação 2723 (Procedimentos Realizados) tenha alcançado 138% de cumprimento da meta, o perímetro fiscalizado, entretanto, é cada vez mais reduzido, se concentrando nos trechos iniciais da BR 210, saída de</p>						

Macapá, onde se registram os maiores índices de acidentalidade nas nossas rodovias, e na maioria das vezes as metas dos procedimentos de fiscalização são cumpridas em frente ao Posto da PRF.

A falta de recursos humanos impediu a movimentação do efetivo necessária, a fim de permitir otimizar o trabalho operacional (Procedimento certo no lugar certo). Ressalta-se que quase a totalidade desses Procedimentos se referem a ação fiscalizadora preventiva.

Continua pendente a aprovação da reestruturação do DPRF, pois os atuais cargos e funções de chefia estão aquém das demandas do órgão. O Processo para tal fim continua no Ministério do Planejamento, aguardando o aceno da Casa Civil para o encaminhamento final.

Indicador: Sensação de Segurança nas Rodovias Federais

Ordem	Indicador (unidade de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	%	01/01/2007	65,00	80,00	76,00	Sem apuração

Fórmula de Cálculo do Índice

Percentual de pessoas que se sentem seguras/ total da amostra.

Análise do Resultado Alcançado

Iniciamos um processo de pesquisa junto aos usuários fiscalizados para medir o grau de satisfação com o atendimento dispensado pelos policiais nas abordagens efetuadas dioturnamente na atividade operacional, entretanto devido a dificuldades de recursos humanos não foi realizada a contento, devendo ser perseguida como meta para 2011.

3.3.1.2.1. Ação 2B11 – Monitoramento, controle e fiscalização eletrônica da malha rodoviária federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, por meio da eliminação de pontos críticos a partir do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos e da otimização do uso da frota de viaturas, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
Descrição	Planejamento e execução de atividades de contagem volumétrica de trânsito, controle de trânsito de veículos pesados, controle de velocidade, monitoramento de veículos e da frota de viaturas, implantação de novas tecnologias para fiscalização de veículos e de condutores e manutenção e aferição de equipamentos relacionados à ação.

Despesas - Investimento	
Natureza	Valor
Aquisição de Switch	RS 4 827 00
Aquisição de Telefones Voin e Rádios HT	RS 2 250 00
Total:	RS 0 00
Despesas – Custeio:	
Natureza	Valor
	RS 0 00
Total:	RS 7 077 00

Para melhoria da estabilidade e velocidade na utilização dos sistemas do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, foi adquirido um equipamento para o Núcleo de Telemática,

denominado Server Switch, com a função de fazer a distribuição do canal recebido do DPRF entre as máquinas do Distrito, tal equipamento trabalha em banda bem superior a antiga máquina que já não mais atendia a demanda existente. A aquisição era extremamente necessária para o funcionamento dos computadores do Distrito.

Foram adquiridos também aparelhos VOIP para substituição daqueles que já apresentam problemas, além de rádios portáteis para melhoria da comunicação durante a realização de operações.

3.3.1.2.2. Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores, Tutores, Conteudistas, Palestrantes e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação de instrutores e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98, Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento, em disciplinas de conteúdo teórico e/ou decorrente de atualização normativa.

Despesas - Investimento	
Natureza	Valor
	RS 0.00
Total	RS 0.00
Despesas – Custeio	
Natureza	Valor
Diárias	RS 39 440.00
Passagem aérea	RS 19 219.05
Total	RS 58 659.05

Na gestão desta ação a Administração da Unidade buscou maximizar os recursos disponibilizados, priorizando a realização de cursos que pudessem trazer resultados imediatos para o Distrito, eis que a demanda existente era alta e não dava para ser atendida em sua totalidade.

Dessa forma, foram realizados cursos que seus resultados impactassem prioritariamente na atividade operacional, atingindo o máximo de servidores possível na sua realização. Tais cursos

trazem benefícios diretos para a sociedade, pois a partir do processo de capacitação os policiais saem mais motivados e melhor habilitados no trato com o público interno e externo.

A partir dos critérios expostos, o Distrito se antecipou ao oferecer o curso de emprego de taser e espargidores de pimenta, instrumentos de menor potencial ofensivo – se comparados às tradicionais armas de fogo – que servem para proteger tanto os policiais quando em perigo, quanto a vida de pessoas que se envolvem em confrontos com a Polícia.

Cumprido ressaltar que a Portaria Interministerial nº 4.226, de 31/12/2010, estabeleceu diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública, nelas devendo se enquadrar o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, que juntamente com as demais Instituições de Segurança Pública dispunham do prazo de 90 dias para adequação dos meios empregados, dentre os quais, deverão disponibilizar pelo menos dois instrumentos de menor potencial ofensivo, independentemente do policial portar arma de fogo.

Verifica-se, portanto, que o treinamento oferecido, bem como a disponibilização dos equipamentos foram realizados antes mesmo da expedição da citada Portaria, o que demonstra a preocupação do gestor com a implementação de ações voltadas para a segurança dos servidores e da sociedade em geral.

Na mesma linha de prioridade foi ministrado o curso de emprego de armas de fogo, o qual tem o objetivo de capacitar o efetivo na devida utilização dos armamentos disponíveis.

Demonstrativo de cursos realizados no período:

NOME DO EVENTO	PARTICIPANTES	TOTAL
Curso de procedimentos administrativos em trânsito	PRF's	2
Curso de atualização técnica para gestores	PRF's	4
Curso de Investigação Correicional	PRF's	2
Curso de gestão da informação operacional	PRF's	2
Curso de emprego de taser e espargidores de pimenta	PRF's	20
Técnicas de Emprego de Armas de Fogo na Atividade Policial	PRF's	10
Treinamento prático/teórico no NAF	Servidores do NAF	2
Treinamento teórico e prático sobre gestão patrimonial	Servidores do NAF	3
Curso de Processo Disciplinar - promovido pela ESAF	PRF's	3
Curso de gerenciamento patrimonial – Desfazimento de bens	Servidor do NAF	1
Curso de Acidentologia – gerenciado pela COEN	PRF's	1
Curso de cadastro e aposentadoria	Servidores do NAP	2
Curso de formação de Instrutores – gerenciado pela COEN	PRF	1
Curso de aperfeiçoamento de pregoeiros	Servidores do NAF	3
Curso de vigilância e promoção à saúde do servidor	Servidores do NAP	1

3.3.1.2.3. Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realização de operações e comandos específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); intensificação do policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenção e atendimento de ocorrências de acidentes de trânsito; combate às infrações e crimes de trânsito; execução de escoltas, bem como credenciamento de empresas especializadas para tal fim; controle do trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciamento de empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros); manutenção e abastecimento de viaturas e aeronaves; execução e manutenção de atividades de Cinotecnia (operações com cães); realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, entre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim; realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros; prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.

Despesas - Investimento	
Natureza	Valor
	R\$ 0.00
Total:	R\$ 0.00
Despesas – Custeio:	
Natureza	Valor
Aquisição de combustível	R\$ 85.912.16
Contrato de Manutenção de viatura	R\$ 96.481.88
Contrato de aferição de radar	R\$ 6.438.00
Diárias Oneracionais	R\$ 48.520.58
Passagem Oneracional	R\$ 2.000.00
Total:	R\$ 237.352.62

Dentro da estratégia de diminuição de acidentes e mortes nas rodovias Federais no Estados, é necessário manter constante e ininterrupto esquema de policiamento ostensivo, pois a presença da PRF no trecho inibe a ação de transgressores, tanto no âmbito de infrações administrativas quanto na seara criminal.

Nesse contexto se insere a necessidade do acompanhamento logístico, eis que para manutenção de rondas e de constantes operações realizadas durante o ano, o Núcleo Administrativo e Financeiro envidou esforços para manter em bom estado de funcionamento as viaturas que compõem a frota operacional da Unidade.

Como estratégia para cumprimento dos indicadores operacionais, as metas previam 26.572 procedimentos de abordagens e fiscalização dentre veículos, pessoas e a realização de testes de verificação de alcoolemia nos condutores. Para tanto houve a necessidade de disponibilização de calibragem e aferição dos etilômetros para realização de tais testes.

Diante da falta da insuficiência de recursos humanos para o policiamento ostensivo de amplos trechos das rodovias federais no Estado foram realizadas incursões específicas de operações de combate a criminalidade, nos trechos de Porto Grande, Tartarugalzinho, Calçoene e Oiapoque, sendo dispendido pagamento de diárias aos policiais que executaram tais operações, não tendo sido registrados no período ocorrências de assalto a veículos de transporte coletivo de passageiros.

Também houve operações nacionais que contaram com a participação de policiais deste Distrito sendo na ocasião dispendido pagamento de diárias e passagens aéreas.

Os resultados operacionais obtidos na gestão desta ação, foram os seguintes:

Resultados das atividades realizadas	
Veículos Fiscalizados	13240
Veículos recuperados	01
Veículos retidos	88
Autos de Infração emitidos	2810
Pessoas fiscalizadas	17548
Prisão de pessoas em flagrante	143
Testes de etilômetros realizados	6037
Multas por embriaguez	149
Prisão por embriaguez	80
Acidentes atendidos	162
Auxílios a enfermos/usuários	111
CRLV's recolhidos	385
CNH's recolhidas	147

3.3.1.2.4. Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter

ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros. Diárias, Passagens, Locação de veículos e aquisição de Equipamentos / Sistemas utilizados nas operações de inteligência.

Despesas - Investimento	
Natureza	Valor
	R\$ 0.00
Total:	R\$ 0.00
Despesas – Custeio:	
Natureza	Valor
Diárias	R\$ 1.128.46
Total:	R\$ 1.128.46

Na gestão desta ação houve somente uma viagem para o interior do Estado, com o objetivo de fazer levantamentos sigilosos.

Ressalta-se que esta também foi uma atividade bastante prejudicada durante o exercício 2010, decorrente da falta de pessoal para realizá-la, eis que, por suas peculiaridades, o serviço de inteligência impõe algumas exigências, o que remete à necessidade de ter servidor especificamente designado para o fim.

Diante das imposições peculiares, a Unidade não teve condições de designar um servidor unicamente para o setor de inteligência, restando o trabalho prejudicado no período.

Contudo, foram realizadas algumas missões que resultaram na confecção de três relatórios para a Coordenação de Inteligência em Brasília, um relatório para a Agência Brasileira de Inteligência e um relatório para a Chefia do Distrito.

É reconhecida a importância do serviço de inteligência para várias áreas de atuação do Estado, dentro da seara policial porém é extrema a sua relevância, por esse motivo, no ano de 2011 também constitui prioridade desta UJ a implementação de ações quanto ao tema.

3.3.1.2.5 - Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas a finalidade supracitada.

Despesas - Investimento	
Natureza	Valor
Aquisição de material de saúde	R\$ 28.753.00
Total:	R\$ 0.00
Despesas – Custeio:	
Natureza	Valor
Aquisição de material pré-hospitalar	R\$ 5.215.70
Total:	R\$ 33.968.70

Na gestão desta ação a Unidade realizou três comandos de saúde nas rodovias, os quais contaram com o apoio logístico do SEST/SENAT, e foram voltados para a verificação das condições de saúde dos condutores profissionais. Um dos comandos previstos foi cancelado por ter coincido com o período eleitoral.

Nas ações voltadas para a saúde dos profissionais do volante são realizados exames de glicemia, verificação de pressão arterial, teste de acuidade visual e força motriz, atendimento odontológico, massagem relaxante, distribuição de panfletos orientativos sobre tabagismo, alcoolismo, doenças sexualmente transmissíveis, combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, números de disque-denúncia e outros julgados importantes por ocasião do evento.

As situações de tensão ou ameaça levam o indivíduo a um comportamento de fuga, luta ou adaptação. A reação do organismo a tal situação é denominada stresse, que negativamente trás consequências danosas, tais como o cansaço, irritabilidade, falta de concentração, depressão, pessimismo, queda da resistência imunológica, mau-humor, etc. No trânsito os mecanismos de adaptação são exigidos constantemente, pois os estímulos são variados e diante desta vasta estimulação cada indivíduo se comporta de uma maneira, esta diversificação de respostas é decorrência do histórico de vida e dos recursos disponíveis para tal adaptação.

O ato de dirigir é mais do que um conjunto de técnicas, é sim um processo dinâmico e exige do motorista um comportamento acurado. Quando este se encontra estressado, suas funções diminuem e com isso o estresse pode causar inúmeros danos ao indivíduo, entre eles a queda da percepção de estímulos, o que além de colocar em risco a saúde do motorista estressado arrisca a vida de seus passageiros e companheiros de trânsito, pois o tornará mais vulnerável a um comportamento de risco e com maior probabilidade de provocar acidentes.

Sabe-se que grande parte dos acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias tem envolvimento de profissionais do volante, normalmente causados pelo excesso de horas trabalhadas durante o dia, o que reflete na variação dos parâmetros normais de saúde do indivíduo. Os Comandos de saúde nas rodovias são realizados de forma a detectar e alertar os condutores de veículos sobre alterações nos parâmetros de saúde que podem prejudicar ou impedir a condução de veículos automotores. Além disso, os formulários de preenchimento obrigatório são confeccionados de forma que se faça a obtenção de indicadores estatísticos acerca do perfil de saúde dos motoristas.

O quadro abaixo demonstra o público-alvo alcançado com as ações realizadas, em geral motoristas de ônibus (transpote coletivo de passageiros), carga em geral, condutores de veículos articulados, tipo bitrens, dentre outros:

Período do ano	Nº de condutores atendidos
Março	41
Junho	35
Novembro	46

A fim de assegurar a realização dos exames mínimos indicados nos referidos formulários, o Núcleo Administrativo e Financeiro adquiriu com recurso desta ação os seguintes materiais: Oxímetro de pulso, Aparelho Raizamed, Aparelho de aferição de gordura, além de materiais descartáveis como luvas, óculos, papel lençol, toucas, etc.

Constitui meta desta ação para o exercício 2011, buscar meios alternativos para minimizar o nível de stresse dos condutores profissionais, seja através de convênio com o Ministério Público do trabalho, seja oferecendo tratamento relaxante.

3.3.1.2.6. Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.

Na gestão desta ação a Regional não dispendeu recursos, entretanto buscou estreitar a relação com a imprensa a fim de divulgar a realização de operações, com vistas a informar o usuário antecipadamente da programação, com o objetivo de minimizar a ingestão de bebida alcoólica pelos condutores de veículos, o que reflete na diminuição de acidentes e mortes nas rodovias.

3.3.1.2.7. Ação 86A1 – Processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio

de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações JARI, pagamento de JETON às JARIs e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.

Despesas - Investimento	
Natureza	Valor
	R\$ 0 00
Total:	R\$ 0 00
Despesas - Custeio	
Natureza	Valor
Adquisição de Bloco de Auto de Infração	R\$ 293 00
Total:	R\$ 293 00

Na gestão desta ação a Unidade priorizou o saneamento de procedimentos referentes a julgamento de recursos, cancelamentos de auto de infração de ofício, bem como a atualização de processos de inconsistência e inutilização de autos de infração.

Grande dificuldade encontrada era a quantidade de serviço atribuída ao Núcleo de policiamento e Fiscalização, ficando somente a cargo do Chefe do Núcleo medidas referentes a lançamento de cancelamento no sistema, dentre outras, que não poderiam ser atribuídas a outros servidores por questões de gestão de sistema. Assim, era notório o desenvolvimento do NPF de forma capenga, ou seja, a gestão se dava somente na parte que tocava ao policiamento e fiscalização, restando ao setor de multas somente medidas urgentes.

Por conta disso, havia uma grande demanda de autos de infração para serem baixados no sistema de multas, os quais causavam transtornos tanto para os usuários quanto para a Instituição, pois gerava uma grande quantidade de recursos na Unidade. Além disso, algumas medidas para evitar prescrição de autos deveriam ser tomadas para evitar responsabilizações futuras.

Para atingir uma melhoria no funcionamento do Núcleo como um todo foi designado um servidor responsável pelo setor de multas, o qual, através de Portaria, foi dotado de poderes para praticar os atos necessários ao saneamento da demanda existente.

Com isso, durante o exercício houve a instrução de vários procedimentos pendentes de anos anteriores, após o que, a expectativa é de que haja um acompanhamento mensal dos processos, a fim de evitar novamente o acúmulo de atividades no setor.

Demonstrativo de resultados do período:

Recurso de multa			
Descrição	2008	2009	2010
Autuados no sistema	501	586	506
Julgados	466	467	480
Demanda reprimida	35	119	26

Autos Cancelados	64	105	84
Transferência de responsabilidade			
Autuados no sistema	93	39	23
Deferidas	87	17	13
Demanda reprimida	6	22	0
Apresentação de condutor			
Infratores identificados	6	17	3
Cancelamento de Ofício			
Autos cancelados por prescrição	0	0	62

3.3.1.2.8. Ação 8692 – Educação de trânsito para usuários das rodovias federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais.
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias, passagens e aquisição de material didático.

Despesas - Investimento	
Natureza	Valor
	RS 0.00
Total:	RS 0.00
Despesas – Custeio:	
Natureza	Valor
Aquisição de kit's educativos	RS 4.019.33
Total:	RS 4.019.33

A gestão desta ação foi bastante prejudicada durante o exercício 2010 por falta de pessoal para implementação das atividades, eis que dois dos servidores que compunham a comissão de educação para o trânsito na Unidade ficaram impossibilitados de cumprir a missão, um por aposentadoria e outro esteve por longo período afastado das atividades por licença médica.

Assim, as atividades ficaram limitadas a palestras realizadas de forma esporádica e sem um público alvo com quantitativo relevante.

Fica como meta para o exercício 2011 a oxigenação de atividades na área de educação, o que já foi iniciado, devendo os frutos do exercício serem objeto de análise do próximo relatório anual.

3.3.1.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0750	Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais				
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos				
Objetivos específicos	Ação 2000 – Administração da Unidade Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos				
Gerente de programa	Não Existe				
Gerente Executivo	Não Existe				
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não Existe				
Público Alvo	Governo				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa				Em R\$	
Dotação		Despesa empenhada	Despesa liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
1.352.904.151	1.504.730.474	1.496.249.975	1.487.635.747	8.614.229	1.487.096.926
Informações sobre os resultados alcançados					
<p>Esse Programa contempla despesas obrigatórias (pessoal ativo, assistência médica e auxílios alimentação, creche e transporte), cuja execução independe de transferência de limite orçamentário, as quais foram atendidas plenamente.</p> <p>De outro turno, as despesas discricionárias (Ação 2000 – Administração da Unidade) não foram integralmente atendidas devido à insuficiência de recursos.</p>					

3.3.1.3.1. Ação 2000 – Administração da unidade

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	<p>A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação</p>

	<p>Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>
--	--

Despesas - Investimento	
Natureza	Valor
Aquisição de veículo	R\$ 74.765,00
Total:	R\$ 74.765,00
Despesas – Custeio	
Natureza	Valor
Aquisição de placas para viaturas	R\$ 476,00
Aquisição de material de expediente	R\$ 1.055,00
Cartão Corporativo	R\$ 1.788,13
Construção de fossa séptica	R\$ 16.439,50
Contratação da Imprensa Nacional	R\$ 13.034,57
Diárias	R\$ 50.645,13
Manutenção do contrato de limpeza	R\$ 146.176,14
Manutenção dos contratos de vigilância	R\$ 215.020,40
Manutenção do Contrato dos correios	R\$ 178,33
Manutenção de contrato de estagiários	R\$ 2.790,00
Manutenção do contrato de energia elétrica	R\$ 24.498,08
Passagem aérea	R\$ 27.988,70
Pagamento de Seguro Obrigatório de VTR's	R\$ 2.891,49
Total:	R\$ 577.746,47

A gestão da ação de Administração da Unidade

3.1.1.4- Programa 1463 – Qualidade dos serviços de transporte

Dados Gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Garantir a qualidade e a modicidade de tarifas e preços na exploração da infraestrutura e na prestação de serviços de transportes
Público Alvo	Usuários de transporte de carga e de passageiros
Órgão responsável	Ministério dos Transportes

Ações orçamentárias do programa que tiveram a participação do 4º Distrito em 2010:

3.1.1.4.1- Ação 2346 - Fiscalização dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros

Dados Gerais

Tipo	Ação orçamentária - Direta
Finalidade	Assegurar a qualidade e a segurança nos serviços de transporte rodoviário de cargas pela verificação da observância das normas técnicas constantes da legislação em vigor. Assegurar a qualidade e a segurança nos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, por intermédio da verificação da observância das normas técnicas constantes da legislação em vigor.
Descrição	Promoção de licitações e atos de delegação de permissão ou autorização dos serviços e ainda permanente fiscalização da prestação do serviço delegado, visando coibir o transporte irregular, aplicando penalidades, procedendo à revisão de tarifas e zelando pela boa qualidade dos serviços prestados.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DFT/CGO/DPRF/MJ
Coordenador nacional da ação	ANTT
Responsável pela execução da ação no nível local	Dennis Leal Rodrigues

Crédito Disponível	Despesa executada por incrição em RP não- proc.	Crédito Empenhado liquidado	Valores Pagos
-	R\$ 138,18	R\$ 1.454,82	R\$ 1.454,82

Na gestão desta ação foram feitos pagamentos de diárias para servidores atuarem em operações específicas da Agência Nacional de Transporte Terrestre.

3.1.1.5- Programa 1453 - PRONASCI

Dados Gerais

Tipo de programa	Finalístico
Descrição	Programa Nacional de segurança pública com cidadania, de responsabilidade do Ministério da Justiça e a Unidade Administrativa responsável é a Secretaria Nacional de Segurança Pública.
Órgão responsável	Ministério da Justiça

Ações orçamentárias do programa que tiveram a participação do 4º Distrito em 2010:

3.1.1.5.1- Ação 20EA – Sem descrição encontrada

Crédito Disponível	Despesa executada por incrição em RP não- proc.	Crédito Empenhado liquidado	Valores Pagos
-	R\$ 671.097,13	R\$ 3.990,69	R\$ 3.990,69

3.1.1.5.2- Ação 8857- Apoio à implementação de Políticas de segurança cidadã

Crédito disponível	Despesa executada por inscrição em RP não-proc.	Crédito Empenhado liquidado	Valores Pagos
R\$ 3.101,80	R\$ 6.203,98	R\$ 10.538,96	R\$ 10.538,96

No decorrer do exercício 2010, o Ministério da Justiça descentralizou o valor de R\$ 59.166,65 de créditos orçamentários vinculados ao PRONASCI, sendo R\$ 6.620,58 de custeio e R\$ 52.546,07 de investimento, os quais foram empregados na Operação ABIGETO – Combate aos crimes de campo e abigeato na região de fronteira/RS, no Projeto Segurança Pública: Trânsito com Cidadania, e em ações voltadas ao enfrentamento ao crack e outras drogas através da Operação sentinela.

3.3.2. Execução física das ações realizadas.

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Física prevista	Meta Física realizada	Meta Física a ser realizada em 2011
06	181	663	2B11	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	-	-	-
06	128	0663	2524	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	-	-	-
06	183	0663	2720	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	-	-	-
06	181	0663	2723	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	-	-	-
06	183	0663	2816	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	-	-	-
06	181	0663	4290	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	-	-	-
06	181	0663	86A1	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	-	-	-
06	452	0663	8692	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	-	-	-
06	301	0750	2004	Atividade	3 – Outras prioridade	unidade	-	-	-
04	365	0750	2010	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	-	-	-
04	331	0750	2011	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	-	-	-
04	306	0750	2012	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	-	-	-
06	181	1386	200C	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	-	-	-
06	181	1386	200G-0001	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	-	-	-
06	181	1386	200G-0052	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	-	-	-
06	181	1386	200G-0062	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	Unidade	-	-	-
06	181	1386	200G-0066	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	Unidade	-	-	-
06	181	1386	200G-0068	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	% execução	-	-	-

						financeira			
06	181	1386	8623	Atividade	4- Nenhuma prioridade	Unidade	-	-	-
06	181	1386	8623-0058	Atividade	4- Nenhuma prioridade	Unidade	-	-	-
06	181	1386	8623-0060	Atividade	4- Nenhuma prioridade	Unidade	-	-	-
06	181	1386	8698	Atividade	4- Nenhuma prioridade	% de manutenção	-	-	-
06	122	1386	1D49	Projeto	4- Nenhuma prioridade	%execução financeira	-	-	-
06	301	0750	20CW	Atividade	4- Nenhuma prioridade	Unidade	-	-	-

Observação: Na execução das ações as metas físicas previstas, realizadas e a serem realizadas são calculadas e centralizadas pelo órgão central.

3.4. Desempenho orçamentário e financeiro

3.4.1. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200109				994973,27
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200109	-	R\$ 402.822,30		
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

3.4.2- Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

3.4.2.1- Despesas por Modalidade de Contratação de Créditos originários da UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	89660,27	-	88186,4	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	465000	639539,48	465000	648011,91
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	154501,05	511397,84	78651,88	-
Contratações Diretas				
Dispensa	54871,9	77494,87	52439,53	64441,34
Inexigibilidade	5066,32	9329,49	5066,32	9329,49
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	8000	1788,13	8000	1788,13
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	99077,36	146476,94	99077,36	142524,17
Outros				

3.4.2.2- Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa de Créditos originários da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa (14 - Diárias)	R\$ 95.837,36-	R\$ 143.496,94	R\$ 95.837,36	R\$ 139.734,17	-	R\$ 3.762,77	R\$ 95.837,36	R\$ 139.734,17
2º elemento de despesa (30 – Materiais de consumo)	R\$ 160.275,16	R\$ 181.618,38	R\$ 145.580,61	R\$ 151.236,10	R\$ 14.694,55	R\$ 30.382,28	R\$ 145.580,61	R\$ 151.236,10
3º elemento de despesa (37 – Locação de mão-de-obra)	R\$ 384.709,55	R\$ 365.321,81-	R\$ 352.017,10	R\$ 361.196,54	R\$ 32.692,45	R\$ 4.125,27	R\$ 352.017,10	R\$ 361.196,54
33- Passagens e locomoção	R\$ 46.647,42	R\$ 73.939,72	R\$ 46.647,42	R\$ 47.207,75	-	R\$ 26.731,97	R\$ 46.647,42	R\$ 47.207,75
92 - Despesa com exercícios anteriores		R\$ 18.933,30	-	R\$ 18.933,30	-	-	-	R\$ 18.933,30
Demais elementos do grupo	R\$ 139.630,30	R\$ 199.894,30	R\$ 133.301,89	R\$ 119.033,38	R\$ 6.328,41	R\$ 80.860,92	R\$ 133.301,89	R\$ 119.033,38

3.4.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa de Créditos originários da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos								
1º elemento de despesa (52- Equipamentos e materiais permanentes)	49077,11	402822,3	23037,11	28753,8	26040	374068,5	23037,11	28753,8
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do	-	-	-	-	-	-	-	-

grupo								
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

3.4.3. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos por movimentação

3.4.3.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	37043,97	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	4888,79	26954,55	4888,79	6096,54
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de preço	10688,5	650417,95	-	6096,64
Contratações Diretas				
Dispensa	-	-	-	-
Inexigibilidade	-	-	-	-
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	30100,57	16051,26	30100,57	9887,83
Outros				

3.4.3.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-

2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa (14 - Diárias)	30.100,57	16.051,26	30.100,57	9.887,83	-	6.163,43	30.100,57	9.887,83
2º elemento de despesa (30-Materiais de consumo)	29.084,87	15.337,30	29.084,87	-	-	15.337,30	-	-
3º elemento de despesa (33-Passagens e locomoção)	4.888,79	11.617,25	4.888,79	6.096,64	-	5.520,61	4.888,79	6.096,64
Demais elementos do grupo	15.877,50	-	-	-	15.877,60	-	-	-

3.4.3.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Investimentos								
1º elemento de despesa (52-Equipamentos e materiais permanentes)	2.770,00	650.417,95	-	-	2.770,00	650.417,95	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

3.5- Análise crítica da gestão orçamentária/financeira

– A execução financeira do Distrito no decorrer do exercício foi realizada na proporção da liberação orçamentária e financeira realizada pelo Departamento. Entretanto, próximo ao final do exercício a Unidade recebeu recursos provenientes de crédito extraordinário para aquisição de viaturas, as quais demandaram valores altos, o que aumentou significativamente o percentual de recurso recebido.

– Tais demandas impactaram a execução financeira da Unidade, pois esta não acompanhou a orçamentária, proporcionalmente, o que se deu por problemas relacionados ao recebimento dos veículos, os quais têm características próprias que, na maioria das vezes, não são atendidas quando da primeira verificação feita junto às concessionárias, cabendo a estas os ajustes necessários, seja quanto à equipamentos de comunicação, seja de emplacamento, para que então se proceda o recebimento definitivo do bem e o consequente pagamento.

– Por conta disso a Unidade ficou com saldo razoável de valores em restos a pagar, dos quais alguns já foram liquidados e outros aguardam liberação de recursos financeiros do exercício corrente para liquidação.

– Contudo, se compararmos valores recebidos proporcionalmente com os exercícios anteriores, o valor total executado se manteve na média anual, eis que no exercício 2009 foram liquidados R\$ 831.410,85, com despesas gerais da Unidade, sem grandes investimentos, e no decorrer de 2010 foram liquidados R\$ 882.079,51, também com despesas gerais da Unidade, descontando os valores referentes a investimentos.

Quadro comparativo de percentual de execução

Exercício	Provisão recebida	Valor liquidado no exercício	Percentual de execução
2008	R\$ 823.686,40	R\$ 619.093,67	75,16%
2009	R\$ 959.001,92	R\$ 831.410,85	86,69%
2010	R\$ 2.094.321,13	R\$ 882.079,51	42,11%

– Como pode ser observado no demonstrativo de despesas por modalidade de licitação, houve um incremento nas contratações na modalidade pregão, o que representa avanço na caminhada da instituição, que gradativamente está evoluindo no que se refere a esse tipo de contratação, pois é certo que constitui o modelo via de regra adotado nacionalmente, e que traz benefícios significativos para todos, principalmente os afetos a diminuição de custos e impessoalidade na tratativa de licitações;

– As contratações diretas ainda são utilizadas em decorrência da escassez de empresas prestadoras de determinados serviços no Estado, ou a inadequação das mesmas para participação em certames. Tais serviços são indispensáveis para a operacionalização das atividades do Distrito, dentre eles: 1. fornecimento de energia elétrica; 2. Serviço de conectividade para talonários eletrônicos; 3. Telefonia móvel; 4. Internet móvel; e outras pequenas aquisições necessárias ao andamento das ações. Contudo, o Núcleo Administrativo e Financeiro tem envidado esforços no sentido de minimizar ao máximo contratos dessa natureza;

– Para todos os contratos realizados pelo Distrito foram designados os respectivos

fiscais, os quais têm a atribuição de acompanhar a fiel execução do que foi pactuado com a empresa, relatando em meios próprios as distorções detectadas, para que sejam adotadas as providências cabíveis, tais como multas, distrato, glosa de pagamento, adequação dos bens ou serviços, dentre outras medidas.

– Um fator importante a se considerar na gestão de recursos da Unidade é que o Núcleo Administrativo e Financeiro passou por grandes dificuldades de gerenciamento no início do ano 2010, decorrente de mudança na Chefia do Núcleo, o que gerou o acúmulo de serviço de modo geral, afetando de forma significativa a execução orçamentária e financeira da Unidade. A par disso, os servidores que assumiram o novo encargo, não tinham experiência e o conhecimento técnico exigido para tal, o que foi adquirido com muitas dificuldades durante o ano.

– Considerando a Administração Pública como o conjunto de entidades e órgãos incumbidos de realizar a atividade administrativa com o desiderato de satisfazer as necessidades coletivas, o Núcleo Administrativo e Financeiro trabalhou conjuntamente com os demais núcleos que compõem a estrutura do Distrito, com o objetivo de viabilizar a satisfação das demandas apresentadas, em que pesem as adversidades encontradas principalmente no que tange a recurso humano.

– Vale constar que na prática as atividades do Distrito são compatíveis com as de uma Superintendência Regional, a qual tem em sua estrutura uma Seção responsável pela atividade administrativa e financeira, onde são agrupados cinco núcleos, quais sejam: telemática, patrimônio, serviços gerais, orçamento e finanças, além da Comissão de licitação que trabalha com independência dos demais núcleos. Busca-se com isso registrar a disparidade existente na estruturação desta unidade, que conta com apenas um núcleo (NAF) para realização de papel correspondente.

– Contudo, mesmo diante das dificuldades encontradas, o Núcleo desempenhou suas atribuições de forma a propiciar a logística necessária para o cumprimento da missão institucional da Polícia Rodoviária Federal, qual seja, patrulhamento ostensivo com vistas a diminuição de acidentes e mortes nas rodovias federais.

– Para tanto, realizou licitações para contratações necessárias à manutenção das atividades básicas da unidade, prorrogou contratos considerados vantajosos para a Administração, aderiu a registros de preço de outras unidades do DPRF/MJ, bem como de outras instituições, tudo com o intuito de racionalização dos recursos disponíveis e viabilização de aquisições buscando quantidade e qualidade nos produtos e serviços.

Quadro comparativo das principais despesas*

DESCRIÇÃO	ANO		
	2008	2009	2010
1. Passagens	R\$ 53.169,44	R\$ 51.536,21	R\$ 63.595,32
2. Diárias	R\$ 59.690,53	R\$ 125.937,93	R\$ 144.176,49
3. Terceirizados (estagiários, vigilância, limpeza e conservação)	R\$ 316.289,58	R\$ 387.949,55	R\$ 363.986,54
4. Suprimento de fundo/cartão corporativo	R\$ 2.196,04	R\$ 8.000,00	R\$ 1.788,13
5. Material de consumo	R\$ 38.801,66	R\$ 31.981,15	R\$ 16.563,79
6. Tecnologia	R\$ 9.196,67	R\$ 51.177,11	R\$ 7.077,00
7. Telecomunicações	R\$ 51.995,19	R\$ 46.398,82	R\$ 41.865,58

8. Combustível	R\$ 15.426,17	R\$ 84.554,17	R\$ 92.750,52
9. Manutenção de viaturas	R\$ 136.850,58	R\$ 131.748,18	R\$ 96.481,88
Total	R\$ 683.615,86	R\$ 919.283,12	R\$ 764.753,52

*Principais despesas, considerando restos a pagar

No quadro comparativo acima percebe-se a manutenção da média de valores gastos com as despesas em geral. Entretanto, o gasto com manutenção de viaturas, investimento em tecnologia, aquisição de material de consumo e cartão corporativo demonstraram uma queda considerável.

No que se refere ao contrato de manutenção de viaturas pode-se dizer que a Unidade adquiriu novos veículos, o que importou em considerável diminuição de custos com os veículos da frota mais antiga, além disso houve um controle mais efetivo do prazo de garantia dos serviços prestados pela oficina mecânica, o que evitou manutenções desnecessárias e respectivos pagamentos.

Com relação ao baixo valor gasto com investimento tecnológico, justifica-se que o fato se deu basicamente por falta de servidores no Núcleo de Telemática, o que acarretou num ano sem grandes avanços na área.

O cartão corporativo não foi utilizado no período por conta de que a Unidade estava com restrições junto ao Banco do Brasil decorrente da falta de pagamento na utilização do cartão no exercício 2009, o que somente foi solucionado no segundo semestre de 2010, portanto o valor apontado no exercício decorre somente de pagamento de débito de exercício anterior.

A redução apresentada no serviço de telecomunicação é devida a implementação do sistema digital, que integrado ao sistema VOIP, continuou reduzindo o valor gasto com o serviço de telefonia, a exemplo do que ocorreu no exercício de 2009, verifica-se, portanto, que o sistema tem se mostrado eficaz.

Apesar do esforço dos servidores do NAF em realizar ainda que forma precária o andamento do Núcleo como um todo, não foi possível avançar em todas as frentes, exemplo disso é a gestão patrimonial do Distrito que continua apresentando várias falhas.

Com o intuito de ajustar o inventário de bens móveis da Regional, demanda que já vem se arrastando de exercícios anteriores, foi solicitado que a 19ªSRPRF/PA disponibilizasse servidor para ministrar treinamento aos funcionários do Distrito, a fim de que estes pudessem sanar o problema patrimonial existente. Concomitantemente a isso foi instituída comissão para levantamento de bens móveis e apresentação de relatório.

Contudo, a demanda de serviço existente e a quantidade insuficiente de servidores não permitiu a conclusão do processo durante o exercício 2010, ficando prejudicado tanto o levantamento patrimonial, quanto o desfazimento de bens inservíveis, eis que esse último procedimento depende da conclusão do primeiro.

Além disso, as contas contábeis de material de consumo também apresentam inconsistências, as quais também são decorrentes da falta de conhecimento técnico para realização das tarefas, além da falta de servidores no Núcleo para desempenhar as atribuições pertinentes.

Referidas pendências acarretaram à Unidade a Declaração Contábil com restrição. Contudo, providências já foram adotadas para sanear-las a curto prazo, a fim de se possa ajustar as contas e fazer um controle mais efetivo sobre as mesmas.

3.6. Indicadores Institucionais

3.6.1. Programa 0663

Para o Programa 0663 foram definidos como indicadores a Sensação de Segurança, verificada a partir da Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais e da Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais.

A Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais decorre da análise do número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano, relativo à 1.000.000 veículos da frota nacional (efetividade), tendo como responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações.

No que tange a Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais, faz-se análise do número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 100.000 veículos da frota nacional (efetividade), sendo responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações.

A Sensação de Segurança resulta da verificação do percentual de pessoas que se sentem seguras a partir do levantamento de determinada amostra (efetividade), mediante pesquisa conduzida pelo Núcleo de Policiamento e Fiscalização.

3.6.2. Programa 1386

Para o Programa 1386, adota-se como indicador o Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas, com o qual se pretende medir percentual de unidades com estrutura física, de dados, de comunicações e de viaturas adequadas (eficácia).

3.6.3. Programa 0750

Não há indicador.

4. Movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	R\$ 1.197.371,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.197.371,00
2009	R\$ 127.487,88	R\$ 0,00	R\$111.184,28	R\$ 16.303,60

2008	R\$ 177.462,15	R\$ 0,00	R\$ 172.267,55	R\$ 5.194,60
2007	R\$ 363.507,63	R\$ 0,00	R\$ 348.364,33	R\$ 15.143,30

Dentro das perspectivas traçadas pelo Núcleo Administrativo e Financeiro a solução de pendências existentes de exercícios anteriores seria priorizado, pois tais demandas normalmente conduzem a um processo de desgaste da credibilidade institucional. Nesse sentido, foram instruídos vários processos de dívidas inscritas em restos a pagar, as quais foram liquidadas no decorrer do exercício conforme a liberação de recurso financeiro. As contas inscritas em restos a pagar referentes aos anos de 2007, 2008 e 2009 foram canceladas no mês de fevereiro/2011, eis que estavam gerando desajustamento na contabilidade da UJ, o que foi feito por orientação da Coordenação Geral de Administração.

5. Desempenho Operacional

Fazendo uma análise dos objetivos de uma instituição presente em todos os Estados Brasileiros e Distrito Federal, não se pode deixar de fazer comparação dos resultados obtidos pelas demais regionais, pois serve de parâmetro para avaliação da gestão. Nesse sentido o 4º distrito aparece na tabela abaixo com os maiores índices na taxa de diminuição de acidentes, o que certamente é fruto do trabalho de aprimoramento das ações que vêm sendo implementadas.

Sabe-se que a diminuição no índice de acidentes é uma das premissas mais importantes da Instituição. O Departamento tem investido em campanhas e ações operacionais nacionais com vistas a diminuir cada vez mais os índices, ou mesmo impedir que estes cresçam de forma desordenada. É notória a dificuldade enfrentada, pois quando se trata de uma atividade que grande parte da cota de contribuição cabe ao usuário, o controle fica mais difícil.

Contudo, mesmo nesse quadro de dificuldades o 4º DRPRF empreendeu esforços otimizando escassos recursos humanos existentes, e conseguiu atingir e superar a meta estipulada para a Regional no que se refere a taxa de variação da acidente, além disso galgou a quarta posição nacional na superação de tal índice, o que não constitui tarefa fácil.

Ressalte-se que o resultado na ação da PRF é imensurável, visto que ainda não são contabilizados tecnicamente os números de acidentes evitados pela ação preventiva. Então, podemos perceber mais um efeito, dentre os vários existentes, do resultado do policiamento ostensivo. Conforme pesquisa intitulada impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas rodovias brasileira, realizada pelo IPEA e DENATRAN, cada acidente gera um impacto social e econômico de grande relevância e apontam que o prejuízo com acidentes causam um custo anual em torno de 28 bilhões ao Brasil.

Nesse contexto não se pode mensurar quanto o Brasil deixou de gastar com acidentes evitados pelo serviço preventivo, pois não se sabe ao certo quantos deixaram de ocorrer devido a presença ostensiva da Polícia Rodoviária Federal nas Rodovias Federais.

TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES

Regionais	Meta Anual Acidentes/ 1.000.000 veic	Realizado	% ATINGIDA
1ª SPRF/GO	85,96	87,04	98,77%
2ª SPRF/MT	57,48	52,57	109,33%
3ª SPRF/MS	48,08	53,63	89,66%
4ª SPRF/MG	392,02	403,18	97,23%
5ª SPRF/RJ	211,28	216,25	97,70%
6ª SPRF /SP	184,76	190,15	97,16%
7ª SPRF/PR	298,93	317,42	94,18%
8ª SPRF/SC	297,29	290,62	102,30%
9ª SPRF/RS	202,5	225,26	89,89%
10ª SPRF/BA	127,19	130,78	97,26%
11ª SPRF/PE	100,83	112,65	89,50%
12ª SPRF/ES	105,95	112,92	93,83%
13ª SPRF/AL	29,76	34,91	85,25%
14ª SPRF/PB	59,31	59,66	99,40%
15ª SPRF/RN	60,33	60,81	99,20%
16ª SPRF/CE	48,28	57,29	84,27%
17ª SPRF/PI	32,1	36,4	88,19%
18ª SPRF/MA	39,28	39,04	100,61%
19ª SPRF/PA	58,75	65,7	89,42%
20ª SPRF/SE	21,66	22,72	95,35%
21ª SPRF/RO	61,03	61,2	99,72%
1º DPRF/DF	50,03	48,82	102,48%
2º DPRF/TO	17,43	15,7	111,01%
3º DPRF/AM	2,39	3,4	70,19%
4º DPRF/AP	2,61	2,51	104,02%
5º DPRF/RR	4,77	3,54	134,81%
TOTAL	2600	2704,18	96,15%
Frota Nacional Dezembro 2010 *			64444,67

Fonte: Projeção de frota NUEST/DPO/CG00

1) Frota - DENATRAN. Última frota disponível: set/2010 (63.259.830).

2) Acidentes e Mortos: ROD-Online/DPRF

Conforme foi observado no tópico referente a análise do plano de ação da Unidade, a eleição de prioridades se deu justamente a partir do reconhecimento de que o papel da instituição é zelar primeiramente pela vida humana. E, no que tange à taxa de mortalidade nas rodovias federais de todo o Brasil o 4º Distrito galgou a 4ª posição no atingimento de metas estabelecidas pela Administração central, dentro do programa 0663.

A Lei nº 11.705/08, popularmente conhecida como “Lei Seca”, que entrou em vigor em junho de 2008, foi uma grande aliada para atingimento desse objetivo, pois ela lançou novos dispositivos que alteraram o Código de Trânsito Brasileiro, impondo restrições na comercialização de bebidas alcoólicas, a fim de inibir o consumo do produto pelo condutor de veículo automotor, apenando de forma mais severa o motorista flagrado dirigindo sob influência do álcool.

Ao longo dos anos a proporção de acidentes automobilísticos manteve-se elevada, e, em grande parte dos acidentes, sempre se constatou o consumo de álcool, o que, além de provocar luto e dor às famílias das vítimas, também deveria causar indignação ao contribuinte brasileiro, pois reflete na elevação de custos com o Sistema Único de Saúde, com pagamento de pensões públicas, com o aumento dos seguros dos automóveis, entre outros inúmeros gastos indiretos. A falta dessa conscientização gera no indivíduo em geral a certeza que de cabe somente ao Estado arcar com as obrigações decorrentes.

Nesse contexto social a referida Lei tem assumido seu papel não somente legal, mas também moral e ético, pois prioriza a vida como valor fundamental em detrimento do direito à liberdade individual e sobrepõe o interesse da coletividade em detrimento do privado.

A Lei Seca tem demonstrado que não surgiu somente para tornar mais complexo o ordenamento jurídico brasileiro, mas para servir à sociedade brasileira como uma ferramenta de inestimável valor para a vida, como uma medida coercitiva e punitiva do poder público, visando coibir a condução de veículos automotores por condutores que estejam sob influência do álcool, o que sem sombra de dúvida tem influenciado diretamente nos resultados dos acidentes de trânsito.

Frise-se que essa valorosa ferramenta sozinha não produz os efeitos necessários, bem como desejados. Torna-se, pois, imprescindível a presença do trinômio perfeito no trânsito: legislação, fiscalização e educação, posto que, somente através do cumprimento das leis e a fiscalização destas será possível mudar essa dolorosa realidade, tendo sempre em vista que a educação assume papel preponderante nesse cenário, pois quando aquelas faltarem, esta deverá prevalecer.

Demonstrativo dos índices de Taxa de Mortalidade atingida no período

TAXA DE MORTALIDADE			
Regionais	Meta Anual Mortos/1.000.000 veic	Realizado	% ATINGIDA
1ª SPRF/GO	5,958	5,602	106,35%
2ª SPRF/MT	4,034	3,383	119,25%
3ª SPRF/MS	3,363	3,057	110,01%
4ª SPRF/MG	23,489	20,126	116,71%
5ª SPRF/RJ	7,858	7,665	102,52%
6ª SPRF /SP	6,358	5,648	112,57%
7ª SPRF/PR	13,485	10,847	124,33%
8ª SPRF/SC	10,555	8,845	119,34%
9ª SPRF/RS	7,413	7,634	97,10%
10ª SPRF/BA	11,657	11,840	98,46%
11ª SPRF/PE	7,371	7,247	101,72%
12ª SPRF/ES	4,095	4,562	89,76%
13ª SPRF/AL	2,117	2,359	89,76%
14ª SPRF/PB	4,345	2,979	145,84%
15ª SPRF/RN	3,232	2,964	109,06%
16ª SPRF/CE	3,232	4,066	79,50%
17ª SPRF/PI	3,530	2,653	133,05%
18ª SPRF/MA	4,811	4,329	111,12%
19ª SPRF/PA	2,937	3,150	93,24%
20ª SPRF/SE	1,075	1,847	58,20%
21ª SPRF/RO	3,307	2,172	152,21%
1º DPRF/DF	3,406	2,560	133,03%
2º DPRF/TO	1,825	1,769	103,20%
3º DPRF/AM	0,228	0,264	86,54%
4º DPRF/AP	0,160	0,124	128,89%
5º DPRF/RR	0,157	0,512	30,67%
	140,000	128,203	109,20

A tabela abaixo demonstra que o Estado do Amapá atingiu a terceira posição no ranking nacional de adoção de procedimentos de fiscalização, tendo inclusive ultrapassado a meta inicial prevista para a regional em 28,89 %.

PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO			
Regionais	META	Realizado	% ATINGIDA
1ª SPRF/GO	334,152	424,305	126,98%
2ª SPRF/MT	354,900	400,747	112,92%
3ª SPRF/MS	369,096	488,105	132,24%
4ª SPRF/MG	783,328	828,162	105,72%
5ª SPRF/RJ	699,244	747,891	106,96%
6ª SPRF /SP	542,088	749,270	138,22%
7ª SPRF/PR	670,124	977,465	145,86%
8ª SPRF/SC	468,104	495,224	105,79%
9ª SPRF/RS	690,872	753,610	109,08%
10ª SPRF/BA	520,884	606,526	116,44%
11ª SPRF/PE	430,248	360,636	83,82%
12ª SPRF/ES	198,380	234,834	118,38%
13ª SPRF/AL	152,880	173,612	113,56%
14ª SPRF/PB	235,872	245,029	103,88%
15ª SPRF/RN	196,560	222,814	113,36%
16ª SPRF/CE	380,380	438,543	115,29%
17ª SPRF/PI	220,948	254,121	115,01%
18ª SPRF/MA	239,614	281,614	117,53%
19ª SPRF/PA	346,528	437,025	126,12%
20ª SPRF/SE	105,196	150,658	143,22%
21ª SPRF/RO	192,047	250,766	130,58%
1º DPRF/DF	168,896	170,250	100,80%
2º DPRF/TO	81,536	107,443	131,77%
3º DPRF/AM	45,864	56,549	123,30%
4º DPRF/AP	26,572	36,925	138,96%
5º DPRF/RR	27,300	31,611	115,79%
	8.481,61	9.923,735	117%

Ressalta-se que os dados acima mencionados refletem uma realidade de cumprimento das metas estabelecidas, as quais foram quantificadas em cima da capacidade operacional da Unidade. Entretanto, cumpre esclarecer que a maior parte da malha viária de rodovias federais do Estado não recebe policiamento condizente com a necessidade da sociedade.

Percebe-se, portanto, que o cumprimento das metas não induz ao pensamento de que os procedimentos de fiscalização estão sendo cumpridos em sua plenitude na extensão das rodovias federais no Amapá. Esporadicamente são desenvolvidas operações/incursões aos trechos distantes, porém com metas específicas de combate a criminalidade, restando prejudicada a ação preventiva dos procedimentos da presença ostensiva permanente da Polícia Rodoviária Federal, em especial na fronteira com o Oiapoque, onde existe uma base operacional equipada a espera de policiais para o desenvolvimento das atividades diárias da PRF.

6. Recursos Humanos

6.1. Composição do quadro de servidores ativos – situação apurada em 31/12/2010.

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-
1.1 Membros de poder e agente político	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	-	-	-	-
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	43	-	-
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-
1.4.1 Cedidos	-	1	1	1
1.4.2 Removidos	-	-	3	2
1.4.3 Licença remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	1	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-
2.1 Cargos Natureza Especial	-	--	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	-	-	-	-
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	1	-	1
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas	-	-	-	-
2.3.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	4	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3 Total		50	4	4

Fonte: Divisão de Cadastro – extração do Sistema SIAPE e SRH/DPRF

6.2- Quadro de recursos humanos por faixa etária – situação apurada em 31/12/2010

Tipologia dos Cargos	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1 Membros de poder e agente político	-	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	1	12	17	11	2
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	2	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-
2.1 Cargos Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	-	-	1	-	-
2.3 Funções gratificadas	-	2	1	1	-

Fonte:

6.3- Quadro de recursos humanos por escolaridade – situação apurada em 31/12/2010

Tipologia dos Cargos	Faixa Etária (anos)								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1 Membros de poder e agente político	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	-	-	-	6	23	14	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-	2	-	-	-
2 Provimento de cargo em comissão									
2.1 Cargos Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	-	-	-	-	-	1	-	-	-
2.3 Funções gratificadas	-	-	-	1	-	4	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 – Analfabeto; 2 – Alfabetizado sem cursos regulares; 3 – Primeiro grau incompleto; 4 – Primeiro grau; 5 – Segundo grau ou técnico; 6 – Superior; 7 – Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado.

6.4. Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

Regime de proventos/Regime de aposentadoria	Quantitativo de servidores	Aposentadorias em 2010
1. Integral	-	-
1.1 Voluntária	6	1
1.2 Compulsório	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
2 Proporcional	-	-
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsório	1	-
2.3 Invalidez Permanente	1	-
2.4 Outras	-	-

6.5 Quadro de instituidores de pensão – situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de servidores	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	-	-
2 Proporcional	-	-

6.6. Composição do quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
Área fim	-	-	-	-	-
Área meio	1	1	1	1	R\$ 5.908,66
Nível médio					
Área fim	-	-	-	-	-
Área meio	5	5	5	5	R\$ 21.449,30

6.7. Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010

Tipologia	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	2690799,08	3497,59	378145,72	273598,97	10418,66	14026,48	155020,8	3525507,3
2009	3008004,98	2344,39	488605,13	325746,89	709,96	27549,8	287471,16	4140432,3
2010	3202610,52	1455,01	449426,72	299122,11	587,76	6203,43	327793,6	4287199,15
Servidores com Contratos Temporários								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	78819,01	-	11068,6	6224,86	-	-	-	96112,47
2009	94351,68	-	16508,54	13513,82	-	392,24	-	124766,28
2010	125542,98	-	9103,19	3007	-	-	-	137653,17
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo de Direção e Assessoramento Superior								
2008	86546,27	14568,76	13663,88	4266,1	-	-	-	119837,01
2009	106667,5	15233,16	15507,62	12500,11	-	-	-	150700,39
2010	92592,11	14038,46	15161,22	6409,16	-	-	1156	129356,95
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	329638,68	11435,68	55372,32	20270,73	-	-	1584	418301,41
2009	375720,65	12206,4	57601,87	28408,41	-	2583,16	1584	478104,49
2010	431786,07	14205,38	62574,57	31292,6	-	-	6995,18	546853,8

6.8. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra**6.8.1- Contratos de prestação de serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva**

Unidade Contratante													
Nome: 4º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão: 200/233							CNPJ: 00.394.494/0140-05						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	2	0	07//08	03110313/001-90	11/11/08	31/12/11	8	8	1	1	0	0	P
2008	7	0	02//08	08531731/0001-75	06/06/08	31/12/11	6	6	0	0	0	0	P
2008	7	0	08//08	08531731/0001-75	30/12/08	31/12/11	4	4	0	0	0	0	P
Observação: (medidas adotadas pela UJ para dar cumprimento ao Acórdão TCU n. 1.520/2006-P Outras: vigilância ostensiva Fonte: NAF/4ºDR/PRF-AP													
LEGENDA Área: 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis 3. Serviços de Copa e Cozinha 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis 5. Serviços de Brigada de Incêndio 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 7. Outras Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte:

6.8.2. Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd	Unidade Administrativa
02//08	8	6	Sede do 4º DRPRF/AP
07//08	2	9	Sede do 4º DRPRF/AP
08//08	8	4	Posto de Oiapoque

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis
5. Serviços de Brigada de Incêndio
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
7. Higiene e Limpeza
8. Vigilância Ostensiva
9. Outras

6.9. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

6.9.1. Absenteísmo

No decorrer do exercício foram protocolizados 56 atestados médicos, dos quais 30 referem-se a três servidores que tiveram afastamentos por períodos mais prolongados, os demais decorrem de problemas mais corriqueiros de saúde e apresentam menor tempo de duração.

Os afastamentos normalmente conduzem a um desordenamento no planejamento adotado, vez que a Unidade trabalha sempre no limite da carga de trabalho, e a ausência de algum servidor, mesmo que num curto espaço de tempo, traz implicações em sua área de atuação.

A unidade tem buscado meios alternativos de fazer controle na condição de saúde dos servidores, o que tem gerado bons resultados, pois através da verificação preventiva estão sendo detectadas patologias ainda no início, o que possibilita o imediato encaminhamento para tratamento.

Contudo, o envelhecimento dos servidores é um fator que não pode ser mudado, e que está extremamente ligado ao afastamento das atividades, eis que por se tratar de sistema diferenciado de horário de serviço gera consequências ao organismo, além disso, os equipamentos utilizados pelos policiais, tais como armamento, colete, bota, dentre outros, têm interferido na condição de saúde dos mesmos.

6.9.2. Capacitação

Tópico explanado juntamente com ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, dentro do programa 0663: “Segurança pública nas rodovias federais”.

6.9.3. Disciplina

Durante o exercício de 2010 foram instaurados 05 (cinco) procedimentos administrativos novos e foi dado continuidade em 02 (dois) procedimentos do ano de 2009, que se encontravam já na fase de julgamento, terminando o ano com apenas um procedimento investigativo em andamento.

A Corregedoria Regional continuou a cobrar dos Chefes de Núcleos, principalmente do Núcleo de Policiamento e Fiscalização, o desenvolvimento de atividades preventivas, com o objetivo de minimizar as instaurações desnecessárias para a Administração, em continuidade ao projeto Corregedoria Participativa, onde os próprios servidores participam do processo de gerenciamento das atividades de prevenção, através do AGS – Acompanhamento Gerencial de Serviço, o que ajuda na melhoria da qualidade do serviço e na diminuição da demanda correicional.

Como se pode verificar no quadro abaixo, com medidas preventivas e educativas, tivemos uma redução do número de procedimentos disciplinares, devido a diminuição de ocorrências de causas geradoras.

Ocorreram ao longo de 2010 o desenvolvimento de 03 (três) investigações preliminares com a análise de cada situação, obtendo como resultado um número menor de sindicâncias e processos administrativos disciplinares.

Em relação as metas estabelecidas pela Corregedoria Geral, este Distrito, através de sua Corregedoria Regional, buscou o cumprimento de todas elas, inclusive conseguindo capacitar 03 (três) servidores para atuação em procedimentos administrativos disciplinares, aumentando o quadro de servidores capacitados e aptos a trabalharem com procedimentos e processos administrativos, chegando a 40% do efetivo, índice este considerado elevado para os padrões do serviço público.

Procedimentos instaurados			
Descrição	2008	2009	2010
Sindicâncias adm. investigativa	2	1	0
Sindicâncias adm. disciplinar	3	1	1
Processo adm. disciplinar	6	2	1
Procedimentos investigativos	3	2	3
Processos pendentes no fim do exercício	3	2	0
Ocorrências geradoras	11	6	5
Processos encaminhados para comissão de ética	2	0	0
Recursos administrativos julgados	1	1	0
Servidores capacitados em PAD	0	4	3
Cartas precatórias			
Expedidas	1	0	0
Cumpridas	1	1	1
Total	2	1	1
Penalidades aplicadas			
Advertência	2	1	0
Suspensão	2	0	0
Total	4	1	0
Acompanhamento gerencial de serviço			
Relatório de acompanhamento de serviço	10	84	33
Visitas aos postos e equipes de ronda	4	47	31
Comandos visitados	0	5	4
Servidores auditados	32	188	102
Reuniões correicionais	0	1	0

6.9.4- Níveis salariais

Policial Rodoviário Federal			
- Nível Superior -			
1-Jul-10			
CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO (R\$)	SUBSÍDIO APOSENTADO (R\$)
INSPETOR	III	10544,14	10544,14
	II	10237,03	10237,03
	I	9938,87	9938,87
AGENTE ESPECIAL	VI	9376,29	9376,29
	V	9103,19	9103,19
	IV	8838,05	8838,05
	III	8580,63	8580,63
	II	8330,71	8330,71
	I	8088,07	8088,07
	AGENTE OPERACIONAL	VI	7443,29
V		7369,6	7369,6
IV		7296,63	7296,63
III		7224,39	7224,39
II		7152,86	7152,86
I		7082,04	7082,04
AGENTE	I	5804,95	5804,95

Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal
(Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Rodoviária Federal)

- Nível Auxiliar -											julho de 2009			
CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO	GEAAPRF		GDATPRF (*)		ATIVO (em R\$)		TOTAL	GDATPRF (*)	APOSENTADO	GDATPRF R\$/ponto	Pontos Ativos - art 158	Valor Aposentados R\$
					80 pts	100 pts	80 pts	100 pts		50 pts	TOTAL (em R\$)			
		A	B		C	D	E=(A+B+C)	F=(A+B+D)		G	H=(A+B+G)			
	II	1660,84	140,00		318,40	398,00	2.119,24	2.198,84		199,00	1.999,84	3,9800	80	199,00
Especial	I	1657,64	139,00		315,56	394,45	2.112,20	2.191,09		197,23	1.993,87	3,9445	80	197,23
		1654,45	138,00		312,74	390,93	2.105,19	2.183,36		195,47	1.987,92	3,9093	80	195,47

6.9.5- Análise crítica dos recursos humanos:

Item comentado na análise do plano de ação da Unidade, tópico gestão para aumento da capacidade operacional da Unidade.

Contudo é importante salientar a previsão de aposentadoria para o ano de 2011 de pelo menos 02 servidores administrativos que auxiliam na execução da atividade meio do Distrito. Tais servidores já estão aguardando somente o tempo para início do processo de aposentadoria. Outros servidores também do quadro administrativo, já estão com todos os requisitos completos, portanto, a qualquer momento podem ser aposentados.

Essa carência tem sido precariamente solucionada com a mão-de-obra de estagiários, os quais não tem vínculo com a Administração, não podem ter todos os acessos necessários para realizar determinadas tarefas, além de não terem habilidades específicas, implicando na necessidade da Unidade de dispor de servidores para ensiná-los, o que nem sempre é possível.

Portanto, a carência de mão-de-obra é muito grande, o que impossibilita a consecução por completo das atribuições inerentes aos Núcleos, ou seja, são eleitas as tarefas mais importantes para priorizar, e as demais vão sendo realizadas de acordo com a possibilidade. Dessa forma, fica extremamente prejudicado o planejamento realizado para o ano, sem falar em inovações no que se refere a ações de para melhoria da condição de saúde e trabalho dos servidores.

7. Transferências efetuadas no exercício mediante convênio.

CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: 4º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal									
CNPJ: 00394.494/0140-05					UG/GESTÃO: 200233/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	01/01/07	61.600.839/0001-55	47.658,00	-	3240,00	29938,00	01/06/07	31/12/11	1
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Parceria					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Cooperação					4 - Concluído				
5 - Termo de Compromisso					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

Fonte: Siasg

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	1	-	29938,00	3240,00	62,82
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-+	-

Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	1	-	29938,00	3240,00	-

Fonte: Siasg

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei 8.730/93

Todos os servidores da Unidade optaram por autorizar a verificação de suas declarações de Imposto de Bens e Rendas pela Secretaria da Receita Federal, restando arquivadas na Regional as referidas autorizações. Portanto, estão sendo cumpridas as obrigações estabelecidas pela Lei 8.730/93.

9. Funcionamento do sistema de controle interno

Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos				X	

objetivos e metas da unidade.					
12.É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13.É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14.A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15.Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16.Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17.Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18.Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.		X			
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva,				X	

atual, precisa e acessível.					
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Considerações gerais: A Unidade buscou durante o exercício o aprimoramento do controle interno existente, entretanto há necessidade de ajustes constantes na busca da excelência.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 			x		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			x		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 	x				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 	x				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 	x				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 				x	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 			x		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				x	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais				x	

que reduzam o impacto ambiental.					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?				X	
Considerações Gerais: A gestão ambiental da Unidade ainda está muito incipiente, carecendo de adoção de medidas em vários aspectos objetivando a mínima impactação ambiental em aquisições, descarte, economia de material, dentre outros. Durante o exercício foi estimulada a prática da utilização de somente um copo descartável por dia através do slogan “adote um copo”. Mas a idéia ainda não emplacou da forma como deveria no meio dos servidores. Na prática, ainda há muita resistência a adoção de medidas voltadas para a preservação ambiental.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. Gestão do patrimônio imobiliário

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF: Amapá	3	3
	Município 1: Macapá	2	2
	Município 2: Oiapoque	1	1
	município "n"	-	-
Subtotal Brasil		3	3
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade "n"	-	-
	PAÍS "n"	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade "n"	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		3	3

Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
20023 3			BOM				R\$ 16.439,5 0	R\$ 154.999,92
TOTAL							R\$ 16.439,5 0	R\$ 154.999,92

Considerações: no que tange aos bens imóveis não foi possível avançar no processo de regularização dos mesmos por depender de demanda pendente junto a outras Instituições (Cartório de imóveis, Governo do Estado do Amapá, dentre outros). Entretanto, algumas medidas já foram adotadas neste exercício com o intuito de regularizá-los, ficando como meta a ser atingida em 2011.

12. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	x				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.		x			
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			x		
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	01 Policial; 01 servidor administrativo; 02 estagiários				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	x				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			x		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			x		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			x		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			x		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			x		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				x	
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			x		
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			x		
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				x	
Considerações Gerais: A aquisição de equipamentos, bem como a implementação de medidas na área de tecnologia de informação, em regra, seguem padrões adotados pela Coordenação Geral de Planejamento e Modernização, seja por questões técnicas, seja por questão de proteção das informações institucionais.					

LEGENDA					
Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13- Resultados e conclusões

Dentro da perspectiva traçada pela Unidade no exercício, os resultados atingidos foram classificados como satisfatórios pelo gestor, eis que diante das dificuldades encontradas, principalmente com falta de recursos humanos, a regional conseguiu atingir os índices propostos como meta na taxa de variação de acidentes, taxa de mortalidade aceitável e procedimentos de fiscalização estabelecidos.

Entretanto, cumpre destacar que o fato de ter alcançado todos os números desejados não significa que o policiamento ostensivo está sendo realizado de maneira ideal, proporcionando efetiva segurança pública para os usuários das Rodovias Federais no Estado.

Para melhor equacionar a sensação de segurança em toda a extensão das rodovias federais no Estado, a Regional continuará fazendo gestão junto aos parlamentares, Direção-Geral do DPRF, bem como Governador do Estado, a fim de alavancar projeto de realização de concurso público regionalizado para o Amapá, o que possibilitará a distribuição do efetivo ao longo das BR's 156 e 210.

A falta de pessoal acarretou na não realização de importantes projetos durante o período de 2010, tais como: PRF Mirim e FETRAN, os quais poderiam ter minimizado a ocorrência de acidentes e mortes nas rodovias do Estado. Além disso, foi a principal causa para a não ocupação de forma efetiva do posto de fiscalização localizado no Município de Oiapoque. Tais realizações ficam como metas de extrema importância para 2011 .

Além de gestão para a melhoria da capacidade operacional, também será objeto de acompanhamento no próximo exercício o impulsionamento de projeto executivo para construção de passarelas, ciclovia e sinalização do trecho urbano de Macapá, discussões já iniciadas durante 2010, através de reuniões com a Secretaria de Estado de Transportes e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Com a viabilização da via modelo na zona urbana de Macapá, o índice de acidentes no local cairá sensivelmente, eis que atualmente é responsável por grande parte das ocorrências na BR 210, com envolvimento de ciclistas e pedestres, os quais disputam espaço com os veículos por falta de via adequada para trafegarem.

No âmbito administrativo, apesar de muitas melhorias alcançadas no exercício, se faz necessária a contínua capacitação dos servidores para que estejam sempre atualizados e capacitados a realizar de forma eficiente suas tarefas. Além disso, o acompanhamento da saúde do servidor é um projeto que tem sido importante para evitar afastamentos frequentes, bem como para detectar precocemente problemas de saúde mais sérios, possibilitando tratamento, portanto precisa ter continuidade e ocorrer com mais frequência durante o ano.

Na gestão de recursos financeiros a Unidade passou por diversos problemas de falta de pessoal qualificado para assumir o encargo, mas durante todo o período buscou alternativas para minimizar os problemas do Núcleo Administrativo e Financeiro, restando atualmente pequenas demandas pontuais, as quais deverão ser sanadas no decorrer de 2011.

14. Anexo I - Declaração SIASG/SICONV



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
4º Distrito Regional – Amapá
Núcleo Administrativo e Financeiro

DECLARAÇÃO

Declaro para fins, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, que as informações prestadas para fins de Relatório de Gestão Anual – exercício 2010, referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizados, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV.

Macapá(AP), 28 de abril de 2011.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized initial 'R' followed by a horizontal line and some smaller, less legible characters.

ROSALINA DAS NEVES BITTENCOURT
Chefe do NAF/4ºDRPRF-AP

15- Anexo II – Declaração do contador



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
4º DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/AP		200233	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p style="margin-left: 40px;">a) Falta de registro da depreciação dos bens móveis adquiridos no exercício de 2010, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.30.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações; e</p> <p style="margin-left: 40px;">b) Falta de remessa do RMA e RMB à Setorial Contábil para confronto dos saldos com o SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	09 de março de 2011
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC n.º	DF 9.261/O-7

José Carlos Gomes
 COORDENADOR GERAL
 Coordenador